

# BOLETIM NACIONAL

DEZ/92 a JAN/93 - Nº 67

Cr\$ 5.000,00



Cecília Pedersoli

## Nossas estrelas de 92

Não foi fácil reunir os 42 eleitos presentes ao Seminário de Prefeitos do PT- 2ª Geração para essa foto. O intervalo para o almoço na Escola Sindical Sete de Outubro, em Belo Horizonte, era hora de muita conversa, troca de experiências e de

partilhar expectativas. Mesmo assim, “num esforço de reportagem”, o **Boletim Nacional** orgulhosamente apresenta parte da galeria de estrelas da safra 92, reforçada por Chico Ferramenta e Zé Augusto, da safra 88. Boa sorte, prefeitos e prefeitas !

O Encontro de Prefeitos do PT- 2ª Geração está na **página 12**

### **Ganhamos ou perdemos?**

Conhecidos os resultados eleitorais de 92, a pergunta está na cabeça de cada petista. O debate iniciado na reunião do Diretório Nacional de 21 e 22 de novembro, em Belo Horizonte, prossegue nas **páginas 3 a 11.**

### **Parlamentarismo ou Presidencialismo:**

O Diretório Nacional marcou para 14 de fevereiro o plebiscito interno ao PT sobre sistema de governo. **Páginas 16 e 17.**

# O Trem de Minha História

(aos menores mascarados da FEBEM)

Esculpi o espelho  
aos que não me vêm  
com a alegria da máscara  
de meu rosto

Iluminei a escuridão  
do mundo que me nega  
com o brilho da víbora  
de meus olhos

Incendiei a miséria  
da opulência  
com as chamas de meu teto  
de excluído

Saciei a gula dos famintos  
com o ácido do alimento  
que me cabe

Exumei o cadáver  
da verdade  
com a foice de prata  
de meu braço

Empunhei a bandeira  
do degredo  
e virei o trem  
de minha história

Selma Vasconcelos  
Recife-PE

Repórter não pode brigar com os fatos. O PT perdeu as eleições em São Paulo e no ABC, seu berço, é verdade. Perdeu em seu berço mas creceu no resto do país, firmando-se como um forte partido nacional e real alternativa de poder em 1994. Mesmo onde perdeu, rachou o eleitorado ao meio, ficando com mais de 40% dos votos válidos no Rio e em São Paulo, as duas maiores cidades do País, tirando do segundo turno lideranças nacionais como Quêrcia e Brizola. Fincou sólidas bases em regiões estratégicas do Centro-Sul (Goiânia, Belo Horizonte e Porto Alegre) e chegou ao poder lá em Rio Branco, no Acre, na outra ponta do Brasil.

Em São Paulo o PT venceu em três das quatro cidades, fora a capital, onde houve segundo turno: Santos, São José dos Campos e Ribeirão Preto, centros estratégicos, perdendo por muito pouco em Sorocaba. Venceu também em Londrina, segunda maior cidade do Paraná. O PT perdeu de fato o seu perfil marcadamente paulista e operário para conquistar novas regiões e segmentos sociais. É preciso lembrar que este partido tem

pouco mais de uma década e enfrentou em todo o País a oposição furiosa de grupos políticos e econômicos que estão no poder desde Cabral.

O que rolou de dinheiro em São Paulo nestas eleições para impedir que o PT continuasse no poder foi de fazer inveja aos esquemas de Clinton e Bush juntos. O mandato conquistado por Paulo Maluf deverá figurar no Guinness como o mais caro da história das eleições desde a Grécia antiga.

Explicar resultado eleitoral apresentando apenas uma razão — o fantástico abuso do poder econômico — é simplificar demais as coisas. Haverá sempre uma série de fatores que determinam a vitória ou a derrota de um candidato. Fracassou, por exemplo, o empenho do PT para ampliar suas alianças no segundo turno. Pouco importa, agora, de quem foi a culpa. O fato é que, na prática, a tal Frente Democrática não funcionou e pesou muito, por isso a recusa do senador Mario Covas em apoiar Suplicy abertamente.

Quem elegeu Maluf foi o mesmo eleitorado que elegeu Collor, o setor mais atrasado e desorganizado da sociedade,

os descamisados que agora estão sem cuecas, de um lado, e o setor mais abonado, de outro. Uns na santa inocência e outros sabendo muito bem o que estavam fazendo; esta união histórica entre os paulistanos de Biafra e os paulistanos de Miami deu um novo fôlego ao populismo de direita, que andava sem rumo desde a queda de Collor.

No caso de São Paulo, o malufismo é herdeiro natural do messianismo facistóide do janismo e do ademarismo, correntes antagônicas mas com as mesmas raízes. O fato novo foi que os malufistas perderam a vergonha e saíram ostensivamente às ruas, com exceção daqueles intelectuais do manifesto envergonhado, ainda enrustidos, à espera da definição do secretariado. Fiquei triste, confesso, por

São Paulo, cidade que amo, e por sua população mais pobre, que mais uma vez foi levada pela desinformação a votar no sentido contrário dos seus próprios interesses. Fazer o que? Vou para Ribeirão Preto tomar uns chopos no Pinguim ou comer um churrasco autêntico em Porto Alegre? Quem sabe, encarar uma boa caranguejada em Santos ou um frango ao molho pardo em Belo Horizonte? Pode ser um empadão em Goiânia ou um tucaná em Rio Branco. Partido nacional é assim: a gente pode escolher onde festejar os amigos prefeitos.

Ricardo Kotscho  
jornalista, coordenador de imprensa da campanha de Eduardo Suplicy  
\* extraído de OESP (17/11/92)

## Utopia já

Depois de muitos meses (ou serão anos?), eis que nos depa-ramos com uma edição especial do Boletim Nacional do PT. Este boletim que, aparentemente, não prima pela frequência, chega agora para uma "panfletagem emocional". Estou falando da reedição de um número especial publicado em 1987, que tece homenagens a Che Guevara. Até entendo que se deva prestar homenagens a todos que tombaram, equivocadamente ou não, por ideais que se afinam pouco ou muito com a nossa concepção de sociedade. No entanto, é exagero dedicar um número inteiro de um boletim a um

"combatente". Quantas páginas de nossos órgãos de comunicação são usados para "homenagear" o aniversário de algum militante morto? No máximo levam algumas páginas. São justas homenagens (...)

Ari Verton Schoenardie  
Eden de Oliveira  
Luis Herberto Muller  
São Leopoldo-RS

BN - Sem entrar no mérito da discussão sobre a homenagem, o que temos a informar aos companheiros que assinam esta carta é que o Boletim Nacional do PT não reeditou, nem autorizou a reedição da citada edição especial do BN.

## ASSINE O BN

Para fazer sua assinatura basta enviar este cupom, com seu nome e endereço, e um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores  
Rua Conselheiro Nébias, 1052  
CEP 01203-002 - São Paulo/SP, Boletim Nacional

12 edições Cr\$ 50.000,00

Nome \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_  
Cidade \_\_\_\_\_  
CEP \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

## BOLETIM NACIONAL

Janeiro/93 - Nº 67

O Boletim Nacional é uma publicação mensal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.  
Rua Conselheiro Nébias, 1052  
CEP 01203 - São Paulo/SP  
Fones (011) 223.7999/7904  
ou 222.2956/2875/6986

Secretário de Comunicação  
João Machado  
Secretário Adjunto  
Markus Sokol  
Jornalista Responsável  
Marisa Lourenço MTb 18.321  
Colaboradores  
Cintia Campos  
Editoração Eletrônica  
William Aguiar  
Fotolito e Impressão  
Artes Gráficas Guarú Ltda.

# Vitória eleitoral, fragilidade política

*Vencedor na aritmética, o PT sai das eleições de 92 com a constatação de que sua estrutura organizativa vai mal das pernas e que fomos incapazes, ao longo da disputa, de responder ao anti-petismo, principal mote de campanha de nossos adversários. É o que diz o coordenador nacional do Grupo de Trabalho Eleições- GTE, Francisco Rocha, para quem o PT o momento é muito mais de reflexão que de festa pelas 53 prefeituras conquistadas.*

O PT sai da disputa das eleições municipais de 1992 com vitórias e derrotas. A vitória eleitoral não esconde nossa debilidade organizativa e nossa incapacidade de reagir ao anti-petismo — um dos principais flancos que deixamos desguarnecidos na disputa.

Faltou firmeza para defender nossas administrações. Não soubemos trabalhar nossos acertos à frente de 24 prefeituras. Preferimos — envergonhados e impotentes diante dos erros — esconder um trabalho de tantos méritos. Os ataques contra nós pouparam, em geral, os nossos candidatos majoritários ou proporcionais. Os adversários atacaram o PT e suas administrações. Os alvos foram nosso projeto político e nossa concepção de governo, sem que soubéssemos reagir. Tivemos, em muitas cidades, vergonha de nossa sigla, de nossa estrela, da nossa cara de petistas. A principal consequência foi a despolitização do debate e o “esfriamento” da militância — elementos fundamentais para vitórias eleitorais de um partido como o nosso.

## **PARTIDO NACIONAL**

Apesar disso, podemos dizer que, a partir de janeiro de 93, o PT vai “administrar o Brasil”, governando cidades grandes, médias e pequenas, desde o Acre ao Rio Grande do Sul. Vamos estar diante das peculiaridades de cada região, da diversidade cultural, econômica e política que há no país. Do Centro-Sul, onde se concentravam a maioria das prefeituras conquistadas em 88, avançamos para a pluralidade de realidades que vamos governar a partir de agora. Serão 53 prefeituras, incluindo as capitais Goiânia, Belo Horizonte, Rio Branco e Porto Alegre.

Nossa votação cresceu, desde o primeiro turno, na maioria das cidades onde disputamos com candidatos majoritários. Não podemos fazer um balanço eleitoral contabilizando apenas as vitórias — prefeituras conquistadas —, esquecendo de levar em conta as expressivas votações alcançadas em tantos municípios.

Da primeira geração de prefeituras petistas, perdemos a eleição em 13 cidades e fizemos o sucessor em 11.

As derrotas nas cidades em que fomos governo foram fruto de erros localizados — seqüelas de disputas internas que impediram ou dificultaram a coesão do PT para a disputa, como em Vitória (ES) —, mas também de um mal comum à maioria dessas 13 cidades: dificuldade de fazer política, associar a marca PT a administrações bem sucedidas e com bons índices de popularidade, como no ABC Paulista.

## **POUCOS “INDIOS”**

Mas a principal causa das nossas derrotas — nessas 13 cidades e em tantas outras — foi a não observância de um princípio básico: para ganhar uma eleição é preciso ter um bom comando de campanha, uma boa estrutura e um bom candidato. Sem esses três elementos, já se começa a disputa com uma desvantagem difícil de reverter.

OPT tem hoje muitos “caciques” e poucos “índios”. Índios a quem não se dá a devida importância nos períodos ditos “normais” da vida partidária — e que os petistas reflitam sobre a gravidade de se considerar como “período normal”, uma espécie de “maré vazante”, qualquer momento que não envolva a disputa de uma eleição. Já se tornaram frequentes os “apelos à militância” em momentos de dificuldade, sem que se faça uma reflexão sobre o porquê da ausência desses militantes no dia a dia da vida partidária.

Essa eleição foi um amargo exemplo de que o brio e a empolgação da militância nem sempre consertam o que começa mal. Às vezes, pode ser tarde demais.

## **PT ENVERGONHADO**

Perdemos a chamada “guerra ideológica”. O anti-petismo não foi encarado de frente e combatido. Por exemplo: quando Maluf em São Paulo saiu com o slogan “Não temos nada contra Suplicy, só não queremos mais o PT mandando aqui” na verdade ele nos dava um mote, nos chamava para uma briga que preferimos ignorar em muitas cidades. A rejeição ao PT — uma média nacional de 25% constatada em pesquisas — intimidou muitas campanhas, fazendo que

coordenadores políticos, candidatos e “marketeiros” ignorassem dados dessas mesmas pesquisas: o PT é o segundo partido na preferência do eleitorado nacional, nas grandes e médias cidades.

As alianças espúrias com partidos de direita são casos gritantes, mas que permitem soluções rápidas, como as intervenções que a Comissão Executiva Nacional determinou em diversas instâncias municipais de Goiás. Mas os casos de “PT envergonhado”, exatamente por não se resolverem com soluções cirúrgicas ou burocráticas, merecem uma reflexão mais profunda. Ao disputar uma eleição “incógnito” o PT não está contribuindo para elevar o nível de consciência da população daquele município. Sem a disputa ideológica e política, não há amadurecimento, nem afirmação do nosso projeto.

A política de alianças aprovada no 1º Congresso Nacional do PT e referendada pelo Diretório Nacional foi satisfatoriamente implementada e foi responsável, em muitas cidades, pelo resultado positivo das nossas candidaturas, tanto majoritárias quanto proporcionais. Mesmo assim, é impossível desconhecer a resistência de muitos companheiros em fazer alianças quando isso significa apoiar um candidato de fora do PT.

## **VISÃO PAROQUIAL**

A insistência no isolamento nos privou de eleger bancadas de vereadores em muitos municípios, no primeiro turno.

Problemas relativos às alianças e apoios só serão sanados a partir de um debate cada vez mais profundo com o conjunto dos petistas sobre essa questão, que vem sendo definida desde o 5º Encontro Nacional. Essa política, que no geral sofre poucas contestações e é amplamente majoritária no partido, é seguidamente derrotada pela “peculiaridade local”, pelos detalhes e particularidades paroquiais de cada município.

**Francisco Rocha**  
Coordenador do GTE-92 e  
membro da CEN

# Ganhamos ou perdemos?

O partido mais votado nas capitais e nas grandes cidades ainda lamenta as derrotas em São Paulo, ABC Paulista, Vitória e Rio de Janeiro. Enquanto prepara a festa de posse de seus 53 novos prefeitos, o PT amarga a constatação de sua precariedade orgânica. Apontado pela imprensa como o grande vencedor da disputa municipal de 92, o partido se alarma com um resultado eleitoral aquém das expectativas nas Câmaras Municipais e com a drástica redução do seu voto de Legenda. Ganhamos ou perdemos? Artur Scavone (SP), Claudio Vereza (ES), Eduardo Jorge (SP), Hamilton Pereira (GO), Ignácio Hernandez (MG), Inocêncio Gasparim (PA), Jorge Almeida (BA), José Dirceu (SP), José Fortunatti (RS), José Luiz Fevereiro (RJ), Júlio Rafael (PB), Luci Choinaski (SC), Markus Sokol (SP), Pedro Tonelli (PR), Perseu Abramo (SP) e Raul Pont (RS) fazem uma avaliação das eleições 92 e tentam responder a pergunta que está na cabeça de cada petista.

## PT: alternativa de governo ou poder político?

Artur Scavone\*

Se é verdade que o Partido dos Trabalhadores tornou-se alternativa viável de *governo* em diversas capitais e municípios onde foi vitorioso ou disputou o segundo turno, cabe perguntar: apresentou-se como alternativa de *poder político*? Conseguiu ser o partido que tem um projeto político próprio — e radicalmente diferente dos que já foram experimentados — para conduzir o país a dias melhores? Seria melhor corrigir: *conduzir os marginalizados para dias melhores*. A pergunta e a correção têm sentido, porque o que está em xeque imediatamente no Brasil não é o



Artur: "A essência da nossa tática menosprezou nosso perfil de classe"

país dos 3% da população que vivem um verdadeiro paraíso. O que está em xeque é o país dos milhões de trabalhadores e desempregados famintos. E para estes importa quem apresentar a perspectiva de soluções imediatas. É com esta realidade trágica que as elites conservadoras trabalham para ganhar o apoio dos descamisados. E foi com esta mesma realidade que nosso Partido não soube trabalhar em algumas administrações e na tática para enfrentar a disputa política nacional.

A política proposta para estas eleições foi construir um amplo arco de alianças de caráter nacional partindo da idéia de que o PT precisava romper com elementos do seu passado de sectarismo no tratamento dos demais partidos e abrir-se para outros setores sociais credenciando-se para 94. A essência desta orientação não foi correta porque menosprezou a importância do seu perfil de classe, do vínculo de seu projeto com base social originária que constituiu o Partido e o fez crescer. Confundi-se a necessária crítica ao sectarismo e ao corporativismo com o rompimento da sua condição social que deu a marca histórica ao Partido, sua própria razão de ser. Mais do que isto, o PT passou a oferecer-se como alternativa de governo e de reformador do sistema para setores das elites, fundado na ilusão de que essas mesmas elites poderiam se interessar e se comprometer com mudanças tão profundas, tais como aquelas historicamente necessárias para modernização do país.

Ou seja, o Partido colocou como *centro da tática*, razão da sua política, a ampliação das alianças. Errou, porque nossa experiência recomendava ter como centro da tática para este período a constituição de uma *oposição orgânica* à política neo-liberal com base na sociedade civil, em partidos de oposição e em movimentos sociais organizados de tal forma que se constituísse no país uma alternativa global hegemônica pelo PT oposta à das elites. Política da qual a ampliação das alianças deveria *fazer parte* e não ser sua essência.

O projeto político do partido contradiz a organização social brasileira tal como está posta, não reconhece a organização do Estado — privado, a serviço das elites, ultrapassado, incapaz de responder às imperiosas exigências da revolução tecnológica — e propõe mudanças profundas nas formas de produção e de apropriação da riqueza no país. Esta não é uma questão menor ou meramente tática. Esta opção do PT na sua origem por revolucionar a sociedade em busca da emancipação humana exigirá lutas e delimitação

de campos que muitas vezes não se adequarão às conveniências eleitorais. Ou seja, ganhar ou perder eleições não é o único critério que deve pesar ao analisar seu desempenho na construção de uma hegemonia política alternativa. E a subordinação da política partidária — sua estratégia, tática e organização — à política de alianças para 94, que assume os conceitos criticados acima, nos conduzirá justamente à derrota: o nome do PT, Partido dos Trabalhadores, e seus símbolos não podem ser abolidos ou escondidos sem que seu perfil político frente à sociedade seja alterado e sua base social modificada.

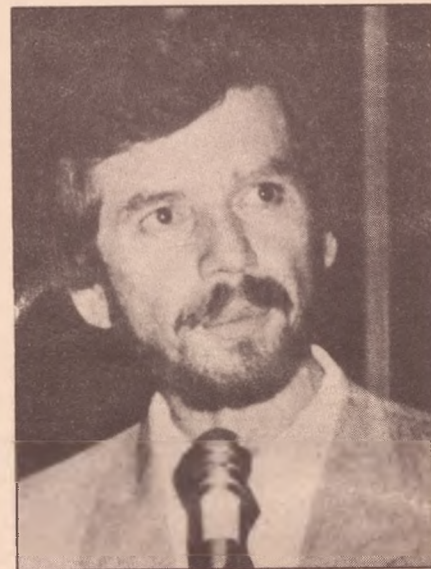
\*Artur Scavone é membro do Diretório Nacional do PT.

## Faltou a abertura

José Fortunatti\*

As eleições municipais, combinadas com o processo de **impeachment**, foram poderosas circunstâncias de mobilização e participação popular. Depois de um período de agonia e sufoco ante a pressão neoliberal desenvolvida por Collor, a população superou uma certa letargia e decidiu, com sua presença, as definições destes importantes momentos da vida nacional.

O pleito municipal revelou fatos



Fortunatti: "A perspectiva internista limitou e prejudicou nosso desempenho"

importantes para uma reflexão crítica. A derrota do PDT em seus maiores redutos — RS, RJ e ES, e do PSDB no Ceará, de Fleury em São Paulo, de Hélio Garcia em Belo Horizonte, de Íris Rezende em Goiás e a vitória do PPS em Florianópolis demonstram que a população está resistente às políticas demagógicas das grandes “referências” e adota opções pragmáticas que tenham incidência imediata nas suas condições de vida.

Este raciocínio vale também para o PT. As disputas de tendências, aquela perspectiva internista e sectária, prejudicaram e limitaram muito nosso desempenho. Principalmente quando a relação partido/administração revelou-se como crise exposta. Nossa linha política e a tradição ética de nosso partido presumivelmente acarretam Executivos que rompem com a forma tradicional de governar e estimulam formas transparentes e participativas de administrar. Esse é o trunfo democrático que distingue o PT, quando as administrações se abrem, inaugurando uma relação próxima e permanente entre o Estado e a sociedade civil. Uma hegemonia ativa e alimentada pela interlocução e busca de consensos. Entretanto, se a assertiva é verdadeira, na vida mesmo não foi bem assim.

Sofremos atrasos consideráveis nos ritmos das campanhas por indefinições e vacilações internas. Não soubemos aproveitar, em muitos locais, os resultados extremamente positivos das administrações petistas. É forçoso utilizar o exemplo de Vitória, onde o partido não assumiu a herança do Governo Petista que, tomada a efeito pelo PSDB, levou-os à vitória. A mesma observação pode ser verificada em São Paulo no 1º turno. Vale também uma atenção redobrada sobre as derrotas no ABC e um debate sobre as condições da semi-derrota — o resultado não deixa de ser uma vitória parcial — no Rio de Janeiro, especialmente o efeito perverso e retrógrado da discriminação.

Entretanto, a conclusão que tiramos deste processo foi extremamente positiva. O PT foi o grande vitorioso. Marcou com nitidez suas posições programáticas nos maiores centros urbanos do país. Trata-se agora de refletirmos com afinco a questão negativa dessa teimosia internista, uma política de alianças responsável e madura para os próximos embates e medidas de construção partidária que sejam ofensivas e abertas o

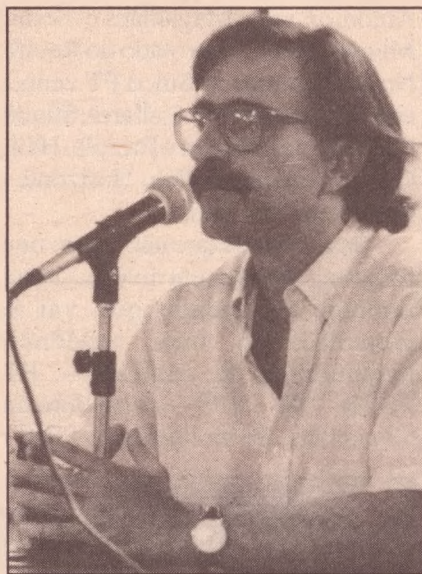
suficiente para propagar a presença do partido para além das capitais, em todos os cantos onde possamos tirar dividendos para nossa vitória e consolidação em 94. É esta generosa fé na humanidade que deve abrir nossas concepções para que possamos, partidariamente, tratar a diversidade humana.

\***José Fortunatti** é deputado federal pelo PT-RS e vice-líder da Bancada na Câmara dos Deputados

## A estrela está aí

Markus Sokol\*

Os dados estão nesta edição do BN. Foi um resultado eleitoral discreto. Mas uma vitória política relevante. Porque, diferente de 1990, e apesar de tudo que Collor fez para nos destruir, Lula e o PT ressurgem polarizando o cenário nacional, tendendo à retomada da alternativa de governo. O PT foi o maior beneficiário da crise de Collor. Marcou a disputa na maioria das grandes cidades.



Sokol: “Vitória aquém da conjuntura”

Isso é acentuado pela crise de representação das classes dominantes. Quêrcia está com as asas quebradas. Brizola passa um dos piores momentos. O PSDB não constitui alternativa. Maluf ainda vai ter que comer muito feijão, pois a direita apanhou muito em 1992. E essa gente está toda de rabo preso com Itamar, cujo governo contraditório reflete a fragilidade geral.

Assim, o saldo do ano é a retomada positiva da relação de forças na sociedade. A política do FMI sofreu uma derrota. Há melhores condições

para o que o PT chama de “alternativa democrático-popular”.

A outra parte da verdade é que nossa vitória ficou muito aquém da conjuntura. Houve timidez na condução do Fora Collor — quando finalmente a direção resolveu assumilo, esqueceu de demarcar as demandas populares que poderíamos resgatar nas urnas.

Mas, sobretudo, pesaram negativamente as Administrações Petistas. Afinal, em 1988, elegemos 36 prefeitos — um terço deles perdemos na gestão, outro terço perdemos na eleição e só um terço logrou a reeleição.

É preciso aprofundar a discussão sobre o caso de São Paulo, até para não repeti-lo por aí. Nem agradamos os ricos nem conservamos o apoio popular — não lutamos até o fim pelo IPTU progressivo, não avançamos a estatização do transporte. A Frente Nacional de Prefeitos não serviu para enfrentar o Governo Collor, mas para negociar migalhas. O que fizemos bem ficou ofuscado. Nos conformamos aos limites impostos pelo poder central, tentando “administrar melhor”. Houve uma frustração.

Por fim, houve a amplíssima política de alianças praticada. Muitas vezes, sem qualquer critério programático. O mínimo que se vê é que ela não salvou a lavoura. Um exemplo foi a “Frente Democrática” do desespero do segundo turno, para governar São Paulo junto com Montoro(!).

Além disso, esconder a estrela do PT, e até torcer o nariz aos candidatos operários, tudo em nome das “alianças”, não deu bons resultados: os vereadores que não elegemos que o digam.

\***Markus Sokol** é membro da Comissão Executiva Nacional.

## Um crescimento modesto

Pedro Tonelli\*

Sejamos realistas: a estrela do PT subiu menos do que apontavam as nossas expectativas.

Este é o balanço que cabe sobre as eleições municipais. Apesar de ter sido um crescimento modesto, o saldo não deixa de ser positivo, pois o partido manteve a sua trajetória de ascensão gradativa.

A votação do PT concentrou-se nas capitais e nas grandes e médias cidades do interior. Já o desempenho nos pequenos municípios foi fraco, prevalecendo o domínio dos parti-

dos conservadores.

Este fenômeno não chega a ser novidade. Nas eleições presidenciais de 1989, Lula venceu bem na maioria das grandes e médias cidades, mas



Tonelli: “A falta de unidade da esquerda facilitou a vitória do centro e da direita em cidades importantes”

perdeu com significativa desvantagem nos municípios com menos de 50 mil eleitores. O pleito municipal veio apenas confirmar que o voto do interior é mais conservador.

A dificuldade enfrentada pelo PT nas pequenas cidades merece profunda reflexão. O partido ainda não encontrou uma forma eficaz de derrotar as oligarquias tradicionais e seus esquemas de poder. O clientelismo, o mandonismo, o peso do poder econômico, a política de favores são traços muito fortes das disputas locais.

A falta de unidade da esquerda facilitou a vitória do centro e da direita em cidades importantes. Já onde o partido conseguiu por em prática uma política consequente de alianças o resultado eleitoral foi muito positivo.

Outra característica destas eleições foi o voto de oposição, que prevaleceu de norte a sul, com honrosas exceções, votando-se até contra o PT nos municípios onde o partido era governo.

O PT cresceu menos nas Câmaras Municipais do que nos Executivos, o que é outro fato preocupante, que merece reflexão.

No Paraná, a vitória em Londrina foi a salvação da lavoura, pois no conjunto o desempenho do partido foi muito fraco, não confirmando o salto dado nas eleições de 1990.

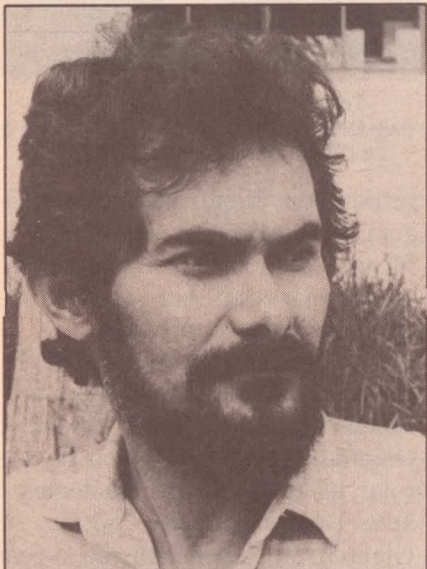
\***Pedro Tonelli** é deputado federal (PT-PR)

## Vitória e fragilidade

Hamilton Pereira\*

O PT emerge das urnas de 15 de novembro como alternativa de poder para 1994. Importa menos o registro dos números do que o significado da relação que os eleitores estabeleceram com o partido ao depositar o voto na urna.

Não é necessário um grande esforço para constatarmos que o PT foi, de longe, o maior beneficiário do movimento social que resultou na queda de Collor de Mello. O eleitorado dos grandes centros urbanos identificou o partido com a cruzada anti-corrupção que catalisou as energias do país durante os 120 dias que antecederam o pleito.



Hamilton: "É evidente — e grave — que o PT não sabe lidar com a população do interior"

Três milhões de votos no 1º turno, cinco milhões, no segundo, consolidam o perfil de partido nacional que se havia esboçado nas eleições de 89/90. É obrigatório, no entanto, registrar a derrota em São Paulo, no ABC e em Vitória e seu significado para o projeto político do partido; a quase vitória no Rio e a afirmação do PT como segunda força política da cidade; as vitórias de Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia e Rio Branco, esta última ainda no 1º turno; um fato novo, a conquista de cidades médias, importantes pólos de irradiação política nos seus Estados: Quixadá (CE), Itabuna (BA), Ribeirão Preto (SP), São José dos Campos (SP) e Londrina (PR). Por fim, cabe registrar a manutenção de pequenas cidades sob administração petista: Janduís (RN), Icapuí (CE), Jaguaquara (BA), Ronda

Alta (RS), Cosmópolis (SP), etc.

Os exemplos de São Paulo, São Bernardo, Santo André, João Monlevade e outros nos obrigam a compreender melhor que os processos eleitorais estão condicionados por outras determinações além do desempenho administrativo. A relação entre ação administrativa concreta e a ação política global articulada com o projeto de transformação da sociedade; a compreensão de que estamos interagindo numa sociedade complexa onde as disputas político-ideológicas são extremamente acirradas e os meios de comunicação de massa mantidos sob rigoroso controle e com as baterias voltadas contra nós; a incapacidade de construirmos uma relação permanente, institucionalizada, profissional, entre o partido e a administração, são algumas dessas determinações.

É indispensável registrarmos o fracasso do PT no interior do país, matriz do conservadorismo, espaço de domínio do poder oligárquico. Uma breve leitura dos resultados eleitorais do dia três de outubro evidencia que o grande movimento de massas pela ética na política, que resultou no impedimento de Collor, mobilizou os grandes centros, bateu às portas das cidades médias e não penetrou o interior do Brasil.

É evidente — e grave — que o Partido dos Trabalhadores não consegue dialogar com as populações do interior. Ou chegamos a elas recitando chavões ideológicos ultrapassados, que ninguém compreende — e, se compreendesse, seria contra — ou aderimos a uma tática oportunista de direita em que estabelecemos alianças com setores oligárquicos em disputa, na vã perspectiva de que uma cadeira na Câmara de Vereadores fará avançar as lutas sociais e o projeto do PT.

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Nem como lobo solitário uivando para a lua, nem subordinando em doses homeopáticas o projeto político do PT aos interesses das oligarquias progressistas.

**Hamilton Pereira** é membro da Comissão Executiva Nacional e Secretário Agrário Nacional do PT.

## As urnas de 92

José Dirceu\*

Um dos principais destaques do

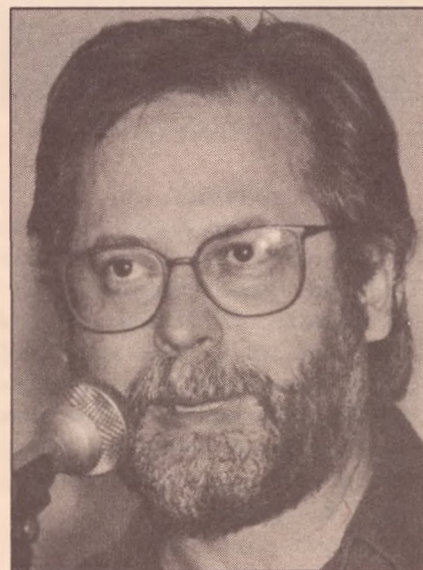
2º turno da disputa municipal de 92 foi a luta sem treguas dos setores conservadores contra o PT, para impedir que, além das vitórias já asseguradas em 3 de outubro, o partido não fosse o grande vencedor das eleições. Estava em jogo não só 94, mas principalmente o fato de o PT ser o único partido nacional em crescimento regular desde 82. O resultado foi a violência e a desqualificação política e ética dos ataques ao PT, seja em Goiânia, Belo Horizonte ou Santos.

Mesmo assim o PT venceu em sete cidades das 11 onde disputou o segundo turno. Perdemos em São Paulo — mas somos a segunda força política, com 23,41% dos votos no primeiro turno e 37,67% no segundo — no Rio — por uma diferença de 3,7%, mas ocupamos o espaço popular do brizolismo —, em Sorocaba, por margem ainda menor, e chegamos aos 37% dos votos em João Pessoa.

Não há dúvidas: o PT saiu vitorioso dessas eleições, ganhando as prefeituras de Porto Alegre, Londrina, Goiânia, Belo Horizonte, Santos, São José dos Campos e Ribeirão Preto.

Perdedores são Quêrcia, Brizola, Antônio Carlos Magalhães e mesmo Miguel Arraes, derrotado no Recife. No Rio Grande do Sul, o PT venceu cinco governadores: Collares, Simon, Guazelli, Jair Soares e Brizola. Hélio Garcia Perdeu em Belo Horizonte e Fleury em São Paulo.

Se é verdade que não existe uma força hegemônica em nível nacional, também é verdade que vai se consolidando uma tendência hegemônica da coalizão — PT, PSDB, PSB e PPS — vencedora em 13 capitais. Se incluirmos o PDT, o



Dirceu: "A centro-esquerda será capaz de consolidar uma maioria na sociedade?"

número de capitais cresce para 17. O PMDB, é verdade, elegeu 1.633 prefeitos e o PFL 750, mas esses partidos perderam a hegemonia nos grandes centros urbanos, o mesmo acontecendo com o PDS, apesar da importante e expressiva vitória de Maluf. Vencer em quatro capitais não compensou, para o PMDB, as derrotas em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador.

É expressiva a vitória do PSB em São Luiz e Natal, sem contar sua provável vitória, em aliança com o PT, em Maceió.

As capitais e cidades de porte médio começam a migrar para o voto progressista, abandonando seus caciques históricos e as oligarquias tradicionais. Ficou evidente que a política de alianças do PT, PSB e PPS funcionou, foi entendida e apoiada pelo eleitorado. Onde ela não existiu, perdemos, ou o PT perdeu, como em Curitiba, Natal e São Luiz.

Trata-se agora de testar, já que isso aponta para 94, se os partidos da coalizão de centro-esquerda saberão fazer mais, consolidando uma maioria não só eleitoral como social, a exemplo de Olívio Dutra, em Porto Alegre, e Telma de Souza, em Santos.

E também testar se esses partidos serão capazes de apresentar ao país um programa de governo até 94, e se, frente ao desafio do Governo Itamar, ao plebiscito e à revisão constitucional, conseguirão manter essa coalizão político-eleitoral até transformá-la numa coalizão de governo. Se considerarmos que o PMDB, o PFL e o PDS estão sem estruturas nacionais, não é impossível uma vitória parlamentar e presidencial da coalizão de centro-esquerda em 94.

No plano mais interno, é importante destacar que o PT não teve o crescimento eleitoral que esperávamos. As expectativas, antes de três de outubro, era de que elegeríamos cerca de 100 prefeitos e um número muito maior de vereadores.

Continuamos com problemas de organização, com uma linguagem política uniforme para um país plural e heterogêneo como é o Brasil, erramos em não destacar nossa legenda na campanha e em não darmos mais atenção à disputa proporcional. É preciso aprofundar esse balanço.

Por último, o de sempre: abuso do poder econômico, clientelismo e uso da máquina administrativa, utilização ilegal de programas de rádio e televisão, ataques caluniosos e pessoais e, lamentavelmente, o despreparo e o

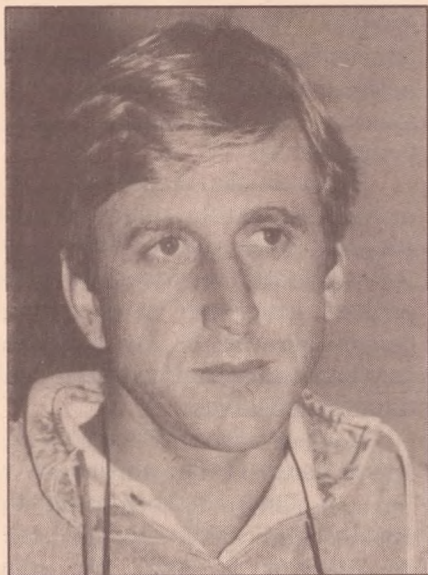
abuso da Justiça Eleitoral.

\***José Dirceu** é deputado federal e membro da CEN

## Uma vitória longe dos grotões

Inocência Gasparim\*

O desempenho eleitoral do PT nas eleições municipais deste ano confirmam a nossa presença definitiva no cenário nacional, especialmente nos grandes centros urbanos, quando fomos capazes de estabelecer as alianças propugnadas pelas nossas liberações nacionais. Este fato se tornou mais significativo quando verificamos que quase duas dezenas das capitais desse país passarão a ser governadas pelos partidos do nosso arco de alianças, o que aponta a possibilidade de uma maior democratização nas relações povo/ poder



Inocência: "Eleição não é um jogo de céro e errado"

municipal de quase metade da população brasileira.

Nossa estratégia de ampliar a hegemonia popular foi confirmada e a esquerda brasileira avançou. Mesmo nas duas maiores capitais onde perdemos as prefeituras, São Paulo e Rio de Janeiro, conseguimos os maiores percentuais eleitorais da história do nosso partido.

Porém, esse desempenho positivo deve ser entendido como um avanço da centro-esquerda sobre a hegemonia dos partidos que representam os interesses das classes empresariais e oligarquias. Todos os principais governos estaduais, bem como o Congresso Nacional e o filé do governo federal, continuam nas mãos desses setores. Certamente hoje

não teríamos condições reais de conquistarmos a hegemonia eleitoral em nenhum estado importante.

Penso que dois blocos de problemas merecem nossa reflexão e, a posteriori, medidas políticas e organizativas de enfrentamento:

1- Os problemas internos, que vão desde a grande anemia orgânica do partido em todos os níveis, desde algum tempo, passando por fortes resquícios de sectarismo de muitos setores do partido em relação à política de alianças, quando não por oportunismo eleitoral pressoad, até a nossa incapacidade política de produzir candidaturas únicas nos municípios, baseadas em pesquisas e no bom senso, realizando prévias vergonhosas— perdemos quase todas as prefeituras onde as prévias foram acirradas— entre outros problemas. Eleição não é um jogo de certo e errado, onde quem não erra nada é o vencedor. Pode acontecer de não se errar em nada, mas se ter um adversário que está eleito desde o início da disputa.

2- A urbanidade do PT trata mal e em segundo plano o interior— municípios de até 50 mil eleitores— além de não atendê-lo nos seus processos de formação social e política.

Não é a mesma coisa disputar uma eleição com César Maia no Rio ou com César Schirmer em Porto Alegre, numa realidade exposta às "benesses" da urbanidade, especialmente na comunicação, e disputar as eleições com oligarquias consolidadas há dezenas de anos, que têm o poder municipal como um bem privado da sua família desde muito, manipulando e controlando tanto a comunicação quanto a vida das pessoas. É preciso levar em conta que especialmente nas três regiões— Nordeste, Norte e Centro Oeste— as prefeituras são as maiores empregadoras dos municípios, utilizando-se escancaradamente tanto de crimes eleitorais declarados até a violência direta.

O PT não pode mais pensar a mesma política de alianças para São Paulo e para Ourém (PA), com o risco de estancar a sua possibilidade de conquistas mais significativas, sabendo que, sem o interior, não será possível pensar em saltos maiores— governos estaduais e maiorias nos parlamentos— além da nossa base eleitoral estar cansando de marcar posição. Para avançar a hegemonia popular são necessárias alianças que enfraqueçam as oligarquias domi-

nantes e implementem programas democráticos de governo.

É importante verificar que mais de 80% das vitórias do PT em cidades pequenas são resultantes da adesão ao PT de figuras de famílias tradicionais, que têm no seu nome forte densidade eleitoral— superior ao potencial do PT— ou de problemas de composição de direita.

Em que pese a dificuldade de controle das alianças, isso não deve inibir nossa criatividade para enfrentar essa deficiência.

\***Inocência Gasparim** é membro do Diretório Nacional do PT e do CDE-Pará

## Aquiles tem três calcanhares

Ignácio Hernandez\*

Pretendo fazer algumas considerações ou colocar algumas preocupações a respeito da campanha eleitoral e o seu resultado. Não é, propriamente, uma avaliação. Dispenso números, tabelas e gráficos que aparecem em todas as nossas publicações.

Três proposições que passarei a comentar posteriormente: 1- Na cultura política petista predominam as relações de poder sobre as relações de comunidade. 2- Administrar bem é meta de qualquer partido decente. Meta do PT é administrar bem em vistas à transformação da sociedade. 3- A nossa política de alianças, cada vez mais à direita, dilui nosso projeto e a nossa radicalidade.

1- A cultura petista de fazer política se centra na noção militarista de hegemonia. A sociedade política, a pólis, na era clássica dos gregos, se constituía como espaço de liberdade dos cidadãos — apesar de toda sua imensa limitação e injustiças sociais —, através da justiça, ética, serviço à comunidade. Esta era a filosofia da política. Com Maquiavel (1469-1527), esta filosofia passou a se centrar na noção de conquista e manutenção do poder. E, para isso, o político deveria usar meios mais eficazes, se possível suaves e se necessário violentos.

Nas prévias, na campanha e de forma geral, para nossas relações petistas internas, usamos a filosofia de Maquiavel, concretizada na palavra militarista **hegemonia** (hegemon em grego quer dizer **caudilho**). Por

isso nossas brigas internas chegaram a ser homéricas e causa importante da perda das eleições em diversos municípios. Para fora do partido usamos a filosofia grega de interlocução com todos os segmentos da sociedade. Creio que, para não nos destruirmos, chega a hora de repensar nossas relações internas conforme gregos e externas, excluído qualquer tipo de violência, conforme a filosofia de Maquiavel.

2- Administrar bem é meta de todo partido e também do PT. Mas nós vamos muito mais longe quando consideramos a administração municipal um espaço para a concretização de nossa utopia. Na administração, começamos a realizar nossos ideais de uma sociedade participativa, fraterna, igualitária. Pensamos no dia a dia e no dia que virá. A realização de um sonho é sempre mais pobre que o sonhado. Uma administração petista não pode ser uma administração socialista, mas pode dar um passo rumo ao socialismo. Talvez nossas administrações, com excessão de algumas, não tenham passado de boas administrações.

3- A política de alianças passou a ser, faz algum tempo, o eixo central da política do partido, deslocando a segundo plano o nosso projeto político. Sem uma política ampla de alianças, dizemos, nunca chegamos ao poder. E para chegar mais rápido, avançamos sempre à direita, sem perceber que para avançar juntos e governar juntos, teremos que ceder algo ou muito de nossa radicalidade.

Na medida em que fazemos alianças com o centro, a direita, esfriamos a militância, dividimos o partido, deixamos a sociedade sem a referência que tinha no PT como o partido conseqüente em seus princípios socialistas, disfarçamos nossa sigla. O número de vereadores, com relação a 1988, avançou muito pouco; caminhamos mais rápido para o governo mas perdemos o conteúdo filosófico e ideológico que nos fez aparecer no cenário nacional como diferentes.

Dizem que nossos candidatos são bons, mas o PT não presta, como em São Paulo e Belo Horizonte, ou então o PT é simplesmente sectário e baderneiro, e o PT se defende timidamente.

\***Ignácio Hernandez** é presidente do PT- MG

## O PT e as eleições

Perseu Abramo\*

Para entender os resultados eleitorais do PT em 92, com sua enorme heterogeneidade, o primeiro passo é não limitar-se às análises meramente aritméticas. Um exemplo é o que ocorreu com o ABC paulista. O PT perdeu duas das prefeituras que detinha: São Bernardo e Santo André. Mas o número de votos obtido pelo PT nas cidades foi equivalente ao de 88, 89 e 90. A explicação encontrada por muitos petistas é a de que o PT só não ganhou porque os adversários se uniram. Mas é exatamente essa variável política relevante que precisa ser compreendida: o que o PT fez e deixou de fazer que acabou permitindo a unificação dos adversários?

Outro passo é descartar a noção incorreta de que haja uma necessária linearidade evolutiva no crescimento eleitoral e político. Não existe. De uma eleição para outra mudam a composição e a disposição do eleitorado. Cada nova eleição precisa ser encarada como uma nova conquista.

Também é necessário abandonar a idéia de que eleição ganha-se ou se perde apenas na campanha, ou, pior ainda, somente nos programas eleitorais de rádio e TV. Entre uma eleição e outra há um intervalo de tempo durante o qual podem mudar não apenas a conjuntura nacional e internacional mas também o leque de opções políticas oferecido ao eleitorado.

Por outro lado, não se deve ignorar o peso das campanhas, mas, ao correlacionar campanha eleitoral e resultado eleitoral, não se pode ceder à tentação da simplificação e da frustrante "busca dos culpados".



Perseu: "Eleição não se ganha apenas na campanha"

Nas grandes cidades em que o PT não conseguiu eleger o prefeito, a excessiva carga crítica contra a figura dos candidatos, contra as prefeituras petistas ou contra os responsáveis pelos programas de rádio e TV teve por efeito concreto "absolver" o Partido, isto é, suas direções, organismos e seus quadros intermediários, etc.

Da mesma forma, responsabilizar exclusivamente direções e órgãos partidários preserva injustificadamente o desempenho dos governos petistas e a personalidade do candidato, minimizando, com isso, passos cruciais no processo eleitoral do Partido, como a escolha das candidaturas, a aplicação da política de alianças e o entrosamento de candidaturas majoritárias e proporcionais.

Assim será necessário incluir, numa possível e necessária avaliação completa das eleições de 92, variáveis não necessariamente redutíveis a números e porcentagens, mas que busquem explicar o que o eleitorado vem tentando dizer ao PT desde o nascimento do Partido.

\*Perseu Abramo é membro da Comissão Executiva Nacional

## Eleições 92: de 91 para 94

Eduardo Jorge\*

Uma notícia sobre as eleições de 1992 deve ser dada olhando-se para ontem, para hoje e para amanhã. Passado, presente, futuro.

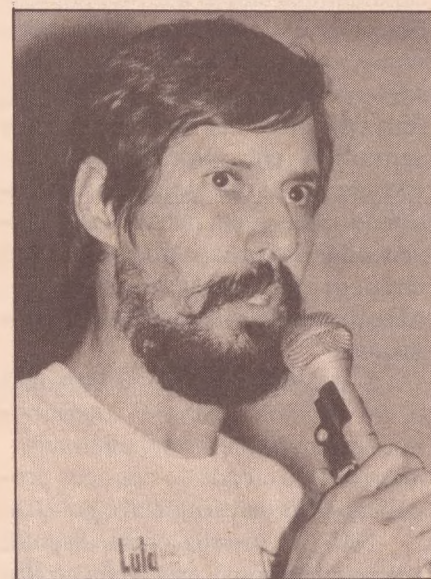
**Passado.** Vencida a fase da afirmação partidária o 1º Congresso Nacional do PT fez a opção decisiva. A opção pela democracia. O socialismo só viverá numa democracia radical. A rejeição definitiva da ditadura. A superação do que havia de autoritário na nossa tradição. As administrações petistas obrigando nossa teoria a se confrontar com a realidade. Estimulando nossa criatividade e provando nossa coerência.

O fardo de erros sectários em eleições passadas, como o caso Jânio/Fernando Henrique/ Suplicy na cidade de São Paulo em 1985 e muitos outros semelhantes.

**Presente.** O Diretório Nacional agindo para construir as alianças necessárias com acerto em Salvador, Natal, São Luís, Contagem, Juiz de Fora e falhando na falta de atuação mais ousada em lugares chave como São Paulo, Rio de Janeiro e Vitória.

Amadurecimento político local como em Goiânia, Rio Branco, Florianópolis, Ribeirão Preto, São Vicente, Londrina, etc. Incapacidade e estreiteza em outros locais.

Agora é a hora das direções estaduais e municipais sentarem com os partidos aliados e programarem os governos municipais que conquistamos em conjunto. A atuação em blocos parlamentares de centro-esquerda nas Câmaras. Discutir a possibilidade de governos de coalizão onde disputamos em chapas diferentes, por exemplo as direções estaduais debaterem com o PSDB a



Eduardo Jorge: "Discutir governos de coalizão com a centro-esquerda"

possibilidade de participação conjunta dos dois partidos em governos municipais como Belo Horizonte, Campinas, São José dos Campos, Contagem, Ipatinga, Betim, Juiz de Fora, Itabuna, Londrina, Terezina, Vitória, etc.

De uma maneira geral, formar, à semelhança da Câmara Federal, fóruns partidários estaduais permanentes com o PDT, PSDB, PSB, PV, PPS e PC do B.

**Futuro.** Preparar nosso programa para o País com propostas de curto, médio e longo prazo. Fazê-lo já consultando as outras forças políticas próximas. Esboçar nossas alianças já em função de 1994. Pensar de forma aberta questões como cabeça de chapa e vice nas eleições presidenciais com um programa e aliança capazes de vencer e, mais que isso, governar o País. Pensar a eleição de governadores em cada estado, levando em conta o patrimônio que o campo de centro-esquerda tem a possibilidade de contar com nomes como Olívio Dutra, Mário Covas, Dante de Oliveira, Miguel Arraes, Vítor Buáiz,

Waldir Pires, Antonio Mariz.

Para um país da América Latina é realmente expressivo poder viver 1989, 1990, impeachment, 1992 e preparar um feliz 1994.

\*Eduardo Jorge é líder da Bancada do PT na Câmara Federal.

## Um alerta ao PT

Raul Pont\*

Um fenômeno chama a atenção nos resultados eleitorais petistas no último pleito municipal. O fato é digno de nota, pois ocorreu em todo o país, isto é, um comportamento generalizado e que nos leva a procurar explicações não localizadas ou regionais. Foi uma tendência de comportamento nacional. Refiro-me aos resultados das eleições proporcionais para as Câmaras de Vereadores.

Desde a primeira eleição que disputamos, de 1982 até hoje, nos acostumamos a uma sequência de resultados positivos e crescentes, principalmente para as Assembleias Legislativas e a Câmara Federal, onde a cada eleição duplicávamos nossos parlamentares.

Nesta eleição, ainda que tenhamos sofrido derrotas importantes no Rio, em Vitória, em São Paulo e em vários grandes municípios do interior paulista, com perda de prefeituras conquistadas em 88, os resultados das eleições majoritárias foram, mais uma vez, positivos.

A polarização em São Paulo e no Rio de Janeiro foi acompanhada de um sem número de bons resultados em cidades de médio e grande porte, no interior do país. Ou seja, melhoramos e crescemos nas eleições majoritárias como uma tendência nacional, mas são visíveis e inquestionáveis os números das eleições proporcionais.

Comparadas com 88, quando elegemos em torno de 1.100 vereadores, não tivemos crescimento algum, pois os eleitos agora se mantiveram nos mesmos números.

Se considerarmos que em alguns Estados houve numerosas emancipações, podemos afirmar que não acompanhamos nem o crescimento vegetativo do número de municípios e, conseqüentemente, do número de vereadores. Em alguns Estados, como São Paulo, houve queda brutal, tanto em termos absolutos quanto em números relativos.

Qual a explicação para esse fenômeno, para esse comportamento,



semelhante em todo o país?

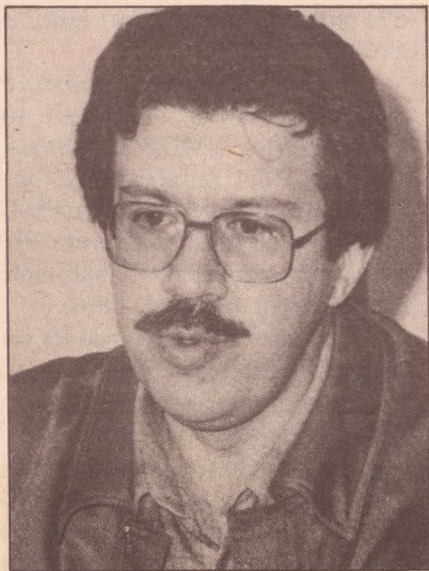
Sabemos que a eleição municipal é menos ideológica, menos politizada. Predominam os problemas locais, bairristas. É a lógica do paroquial, das pequenas reivindicações e onde aparecem como mais capazes e eficientes os candidatos com maior implantação social, com mais recursos financeiros e status nas pequenas e médias cidades. Valem os títulos, os serviços prestados, o poder econômico, o reconhecimento público dos candidatos e aí perdemos terreno. Mas essa não pode ser a explicação principal, pois enfrentamos essa situação em 82 e 88, logrando sensível crescimento.

Defendo que a explicação reside mais na responsabilidade do Partido, na sua fragilidade de funcionamento orgânico regular e da precariedade das condições materiais.

O não funcionamento orgânico e o desleixo da construção partidária por parte da maioria das direções estaduais é evidente.

Se as direções estaduais acompanham, formam e assessoram os municípios do interior do mesmo jeito que tratam as finanças partidárias, a situação deve ser de calamidade pública. Este ponto relativo às finanças, refiro-me a ele por conhecer muito de perto, uma vez que fui secretário de Finanças da Executiva Nacional e como tal acompanhei bem as dificuldades desta questão no partido.

Se não temos como competir em igualdade de condições com o poder econômico e nem disputar em implantação social com fazendeiros, comerciantes, advogados, médicos, pequenos e médios empresários, como é possível enfrentar uma elei-



Raul Pont: "O fraco resultado na eleição de veradores exige reflexão"

ção nos municípios do interior?

Aí é que se impõe a insubstituível organização partidária. Partido que tenha vida orgânica regular com sede, recursos materiais, formação de quadros, planejamento na ação política junto aos movimentos sociais, junto com a juventude, junto com os estudantes, auxiliando a formação de lideranças que possam substituir o peso do poder econômico pela representatividade e enraizamento nos movimentos sociais.

Sem isso, é impossível ter bons resultados eleitorais. Como romper com a visão pequena, paroquial, se os militantes ou candidatos não estão preparados para politizar os temas que ocorreram em paralelo ao pleito, como o **impeachment**, a crise nacional, os grandes temas do país?

Essa eleição foi um alerta ao PT. Espero que aprendamos a lição.

\*Raul Pont é vice-prefeito eleito de Porto Alegre e membro do Diretório Nacional

## Hora de trabalhar

Luci Choinaski\*

Depois de analisar profundamente as eleições acontecidas esse ano, entendo que o Partido dos Trabalhadores cresceu e se consolidou como um partido nacional, pronto para a disputa de 94. Percebe-se que o setor progressista como um todo foi o grande vencedor e o PT se destaca nesse meio. O povo, na verdade, repudiou a direita e mostrou que quer mudanças, daí o crescimento do nosso partido em todo o território nacional. É claro que a guinada do PT não aconteceu só em função desse desejo de mudança, mas porque a população já começa a compreender o projeto político do partido.

Mas a consolidação do PT enquanto partido nacional, apto a assumir os rumos do país em 94, não esconde suas deficiências. Creio que o partido tem que se preparar melhor, revendo toda sua estrutura e sua organização interna. Vejo que há muitos petistas, mas temos falta de partido organizado em alguns municípios. Por isso precisamos de muito trabalho nessa área. É preciso organizar o PT nas mais diversas regiões.

Outro problema que precisa ser encarado de frente é a formação política dos quadros e das massas. Foi visível e muitas vezes maléfica a falta de debate político para determi-



Luci: "Muita gente pensou ganhar votos escondendo a nossa estrela"

nadas alianças que aconteceram nessas eleições. A política de alianças planejada pelo partido foi acatada, mas em muitos municípios algumas alianças acabaram sendo eleitorais, sem debate político, e isso foi ruim.

Na minha avaliação, em muitos lugares faltou que os petistas assumissem o PT. Teve gente que escondeu a estrela, não fez discurso ideológico, fez campanha **soft**, pensando que com isso iria ganhar voto. Para mim, esse foi o maior erro político. Entendo que o PT hoje é maior que determinadas pessoas, por isso é preciso assumir o partido e assumir o enfrentamento ideológico com a direita. Esse enfrentamento, é claro, não pode ser panfletário, tem que ser responsável e mostrar ao povo quem é o culpado pela miséria, pela fome, pela falta de educação, saúde, Reforma Agrária.

O PT hoje tem mostrado que é um problema para a elite e já se afirma como projeto político nacional, capaz de transformar. As eleições deram o tom do crescimento, agora basta que os petistas reconheçam suas falhas e comecem a trabalhar por um PT melhor, mais organizado e dirigente na luta por uma sociedade mais justa e mais democrática.

\*Luci Choinaski é deputada federal pelo PT- SC

## A "onda PT" se esgotou?

Claudio Vereza\*

Entramos nas eleições de 92 num momento em que toda a população discutia política. Isto, devido às grandes mobilizações pelo **impeachment**, fazendo com que

essas discussões tivessem uma abrangência que superava os estreitos limites municipais.

Porém, mesmo nessa conjuntura, o PT teve um crescimento apenas relativo: se fomos vitoriosos em cidades importantes, incluindo quatro capitais, sequer dobramos o número de prefeituras administradas pelo PT, comparando-se com os números de 88. Além disso, fomos derrotados em São Paulo, Vitória, ABC Paulista e Rio de Janeiro.

Nas eleições proporcionais crescemos muito pouco e são fatores preocupantes a queda na votação de legenda do PT e o fato de poucos dos atuais vereadores terem sido reeleitos.

Temos que aprofundar o debate sobre o resultado das últimas eleições, mas algumas causas já devem ser apontadas, preliminarmente, para explicar esse desempenho:

- O PT não soube aproveitar bem o movimento pelo **impeachment** de Collor no processo eleitoral, apresentando-se de forma diluída ao eleitorado;

- O partido se desgastou por ser governo em diversas cidades;

- Nas cidades que governamos, deixamos de polarizar politicamente os temas mais gerais. Fomos mais administradores eficientes que políticos competentes;

- Nossos adversários se uniram em torno de candidaturas únicas. O exemplo maior pode ser encontrado no ABC Paulista, onde a direita se unificou contra o PT desde o 1º turno;

- O PT não enfrentou a guerra ideológica expressa no anti-petismo desenvolvido pelos partidos de direita, que valorizava mais as pessoas do partido que o próprio partido, esquecendo que disputamos eleições com objetivos muito maiores que a simples conquista de cargos. Essa situação fez com que chegássemos a exemplos extremados de candidatos majoritários que não usaram a estrela petista em seus materiais de propaganda.

- O partido ficou dividido em algumas cidades após a indicação de candidatos pelo processo das prévias, que revelaram-se importante instrumento de democracia interna, porém aplicadas muito precipitadamente e sem a devida preparação das bases e direções intermediárias, propiciando mais a desintegração do partido que a sua unidade, situação agravada pelo não acatamento de seus resultados pelos grupos perdedores, o que enfraqueceu elei-

toralmente o partido. Foi o que aconteceu em Vitória (ES).

- Nossa estrutura partidária se mostra frágil e insuficiente para o enfrentamento dos desafios colocados, acrescidos de processos eleitorais sucessivos, naturalmente desgastantes. Além disso, a disputa interna revela visões distintas de partido e de projeto de sociedade, dificultando ainda mais a busca de unidade interna.

Em síntese, crescemos menos do que esperávamos, e a "onda PT" que em outras eleições canalizou para o nosso partido os votos dos insatisfeitos parece ter se esgotado. O crescimento espontâneo e voluntarista, que independe de um planejamento organizado, esgotou-se.

Os recentes resultados mostram a dificuldade de um crescimento eleitoral linear de um partido que se apresenta para a sociedade como socialista. A radicalização da luta democrática não se deu e o que vemos é uma queda no nível de mobilização do movimento sindical e popular, somada a uma ofensiva do capital contra os empregos, os salários e as condições de vida da população. A história dos partidos socialistas mostra que saltos eleitorais somente são possíveis quando combinados com um crescente processo de organização social dos oprimidos, numa combinação entre trabalho institucional e organização dos movimentos sociais.

Esse é o desafio a vencer com urgência.

\***Claudio Vereza** é presidente do PT-ES

## Aquém das expectativas

José Luiz Fevereiro\*

Um balanço sério sobre o nosso desempenho eleitoral deve responder à seguinte questão: os objetivos que nos colocamos para 1992 foram atingidos?

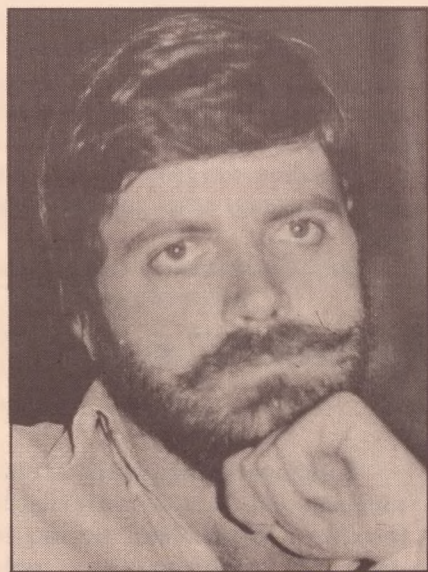
"**Afirmar o modo petista de governar criando em torno de nossas prefeituras uma mística de sucesso**". Este era claramente um dos nossos objetivos e determinou, inclusive, a prioridade dada pelo GTE aos 24 municípios por nós administrados. Vencemos em 11, perdemos em 13, inclusive São Paulo, nossa maior vitrine. Para cada uma das derrotas há uma explicação local absolutamente plausível; política de alianças estreita, partido frágil, bri-

gas internas, campanha equivocada. Se este balanço é importante e precisa ser feito, isso não elimina o fato de que só muito parcialmente esse objetivo foi atingido. Salvou-nos a repercussão positiva de Porto Alegre e Santos, mas que não anulam a volumosa derrota em São Paulo.

"**Consolidar o eleitorado urbano, ampliando o nosso peso nas capitais e grandes centros**". Aumentamos nossa votação nas capitais de 3,1 milhões (1988) para 3,3 milhões (1992) mantendo a condição de principal partido nas grandes cidades. Considerando a conjuntura favorável e uma política de alianças mais ampla que a de 88, este não deixa de ser um bom resultado, mas fica aquém das nossas expectativas. A comparação destes números nos dá a sensação de que o resultado foi bom, mas...

"**Interiorizar o partido elegendo vereadores em todos os municípios**". Nesta questão reside nossa grande derrota. Elegemos em 92 praticamente o mesmo número de vereadores que havíamos eleito em 88 — pouco mais de mil. Fracassamos no objetivo de fincar pé na política institucional nos pequenos municípios. Este é, ao meu ver, o aspecto mais importante do balanço dessas eleições.

Lula venceu Collor com 4 milhões de votos de vantagem no segundo turno de 89, nos 300 maiores municípios brasileiros, onde reside metade do eleitorado nacional. Nos municípios restantes — mais de 4 mil —, onde reside a outra metade dos eleitores brasileiros, Collor venceu Lula com 8 milhões de votos de vantagem e venceu as eleições. Em 1994, com eleição "casada" de



Zé Luiz: "Arrisco dizer que fomos derrotados"

governadores, senadores e deputados, quando tradicionalmente o peso das "máquinas político-partidárias" é maior, iremos nos lembrar muito de 1992 e lamentar o fato de não termos logrado constituir bancadas de vereadores na maioria absoluta dos pequenos municípios.

Urge para nós aprofundar a avaliação sobre os pequenos municípios e construir políticas capazes de reverter esse quadro. Municípios onde em geral não há movimentos sociais ou são muito pouco expressivos. Municípios onde as grandes questões nacionais não têm grande repercussão. Municípios onde a disputa ideológica é muito desigual para nós, onde em geral o partido consiste em meia dúzia de abnegados sem recursos, sem estrutura, sem apoio das respectivas Direções Estaduais, que, com uma lógica difícil de questionar fora de uma análise mais global e nacional, priorizam municípios de maior porte.

Como síntese geral do balanço que faço do último processo eleitoral, arrisco dizer que fomos derrotados. Não que tenhamos retrocedido a um patamar inferior ao de 88, mas a luta política mais geral e a disputa presidencial de 94 nos colocavam importantes objetivos não atingidos.

\***José Luiz Fevereiro** é secretário-geral do PT-RJ e membro do Diretório Nacional

## Nem tudo que reluz é ouro

Jorge Almeida\*

Ao fazer um balanço do PT nas eleições de 92 temos que evitar, antes de tudo, confundir o saldo político do PT — e de Lula como desafiante em 94 — na conjuntura (o que inclui o processo de impeachment), e os resultados eleitorais propriamente ditos. O PT sai vitorioso na conjuntura, principalmente por seu papel no "Fora Collor", o que é reconhecido pela maioria da população, e pelo desgaste dos principais (até aquele momento) adversários da candidatura Lula em 94: Brizola, ACM e Quéricia.

Quanto aos saldos eleitorais (quantitativos e qualitativos) precisamos ser mais modestos e analisarmos friamente os dados de que dispomos, os quais não combinam com algumas declarações sem base nos fatos ou sem interpreta-

los corretamente.

O PT manteve o mesmo número de vereadores eleitos em 88. Naquela ocasião elegemos 1.036 em todo o país, sendo 65 nas capitais(1). Agora fizemos cerca de 1.050, sendo 65 nas capitais(2). Isto depois da campanha Lula e das eleições de 90 (quando nos tornamos um partido nacional) e apesar do grande aumento do número de coligações que deveriam ter facilitado a eleição de vereadores.

Quanto às prefeituras, passamos de 36 para 54, quando as avaliações mais pessimistas do partido previam em torno de 100. De qualquer forma houve um aumento numérico, porém com derrotas políticas qualitativas. Das 36 de 1988, reelegemos apenas 11 (30%) e não o fizemos em 25 (70%). Além disso, perdemos em São Paulo e no ABC. Por outro lado, dos 92 municípios com prefeitos apoiados pelo PT (38 de outros partidos), 61 têm menos de 30 mil habitantes. Em 88 dizia-se que o PT "governaria" muitos bilhões de dólares de PIB. Certamente "perdemos" vários destes bilhões em 4 anos.

Fala-se ainda que o PT teve "grande crescimento nas capitais" e que "finalmente se tornou um partido nacional". De fato o PT foi o partido mais votado nas capitais (3,3 milhões de votos), seguido do PMDB (2,7 milhões). Porém apenas repetimos os resultados de 88. Naquele ano obtivemos 3,1 milhões de votos e agora 3,3 milhões, ou seja, um "aumento" apenas correspondente ao aumento de eleitores das capitais no período.

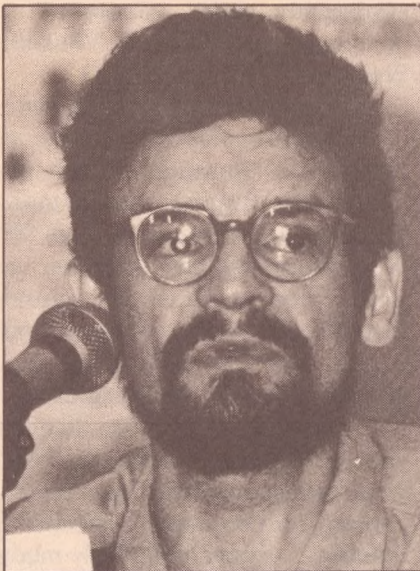
Quanto ao orçamento das capitais o PT fica em 3º lugar: o PDS governará 3 bilhões e 500 milhões de dólares de orçamento para 93; o PMDB, 1 bilhão e 426 milhões; o PT 674 milhões; o PSDB, 381 milhões; e o PDT 362(3).

Quanto à população, também ficamos em 3º: PDS, 9 milhões e 400 mil habitantes; PMDB, 8 milhões e 480 mil; PT 4 milhões e 429 mil; PSDB, 3 milhões e 378 mil; e PDT 2 milhões e 589 mil. Tanto em PIB, quanto em orçamento e habitantes estamos bem abaixo de 88(4).

Já a "nacionalização" do PT está sendo descoberta com atraso. Comparado com 88, nossos vereadores e prefeitos estão realmente mais espalhados pelo país. Porém, o PT já havia se tornado de fato um partido nacional entre 89 e 90, na campanha de Lula e nos resultados para deputado estadual. Seguindo esta referência,

estados. Agora fizemos vereadores em 20 capitais.

Na questão das alianças também não podemos continuar afirmando, sem base em fatos e dados comprovados, que o partido não aplicou a linha do 1º Congresso por causa do "sectarismo" de grupos locais. Pode e deve ser verdade em casos localizados, mas com os dados fornecidos pelo GTE nacional até o momento, (ainda incompletos), verificamos que dos 54 prefeitos petistas eleitos, 20 não tiveram apoio de nenhum outro partido; 22 foram apoiados pelo PSB; 15 pelo PCdoB; 12 pelo PSDB; 9 pelo PPS e PDT; 8 pelo PV e PC; 4 pelo PMDB; e 5 por outros. Como vemos, na maioria dos casos o PT saiu sozinho ou foi apoiado apenas por partidos mais à esquerda. Já nos casos dos prefeitos de outros partidos eleitos com o apoio do PT verificamos o inverso: PMDB, 19; PDT, 18; PSDB, 14; PSB, 6; outros, 9. Aqui cabem duas constatações: fomos mais "generosos" com o PMDB,



Jorge Almeida: "Sem tirar o rei da barriga, vai ser difícil colocar o presidente na cabeça"

PDT, e PSDB do que eles conosco; e a maioria dos prefeitos eleitos com o apoio do PT se deu com coligações com partidos fora do nosso arco prioritário de alianças (PMDB e PDT) ou que não pode, a rigor, ser considerado do campo democrático-popular (PSDB), o que normalmente não seria considerado "esquerdismo".

Outro número revelador: os votos na legenda do PT caíram, tanto em relação a 88 quanto a 90 (quando já estava em vigência a atual legislação sobre a questão). Em 1990, na eleição para a Câmara Federal, os votos na legenda do PT corresponderam a 86% dos votos nominais, em candidatos do partido (5). Agora, mesmo sem dados definitivos, deve ter ficado em torno

de 30%. Em São Paulo o PDS teve mais que o PT. Três fatores podem ter contribuído para esta baixa performance: as coligações; a prática de tentar "esconder a legenda" e ampliar eleitoralmente evitando afirmar o PT diante da forte campanha anti-petista dos adversários; e o fato de que o PT deixou de representar para muitos, um canal de voto de protesto.

Não pretendi, aqui, fazer uma avaliação global das eleições de 92. Para isto seria imprescindível falar sobre o papel das administrações petistas; a crise de identidade que vive o partido; o afastamento da militância; os grandes problemas políticos e éticos surgidos na disputa interna e durante a campanha; a demora do PT tomar a iniciativa política diante do governo Collor, entre outras questões, como a tendência de reduzir a estratégia do PT à vitória em 94 e a pouca preocupação com os movimentos populares. Apenas quis chamar a atenção para algumas realidades e para a necessidade de fazermos um balanço com humildade e espírito de auto-crítica, pois sem tirar o rei da barriga vai ser difícil colocar o presidente na cabeça.

Restaria olhar os resultados dos outros partidos, especialmente os de esquerda e chamados de centro-esquerda. Como não temos mais espaço, abordarei ligeiramente. Muito tem se falado sobre a vitória arrasadora do "centro-esquerda" nas capitais, incluindo-se (com muita boa vontade) neste espectro político todos os candidatos (vitoriosos ou não) do PT, PSB, PPS, PSDB, e PDT. Estes partidos elegeram 16 (66%) das 24 capitais, sendo 5 (50%) entre as 10 maiores. Obtiveram no 1º turno 6,2 milhões de votos ou 47% de um total de 13 milhões de votos nominais. Estas prefeituras representam 11.952 mil habitantes ou 37% do total de 32.622 mil e governarão um orçamento de 1.611 milhões de dólares ou 24% do total de 6.784 milhões de dólares (6).

Uma análise melhor exigiria comparar com os resultados de 88 e 90, os quais não dispomos no momento. Em todo caso, convém ter muito cuidado com a aritmética simplista pois PSDB e PDT não são nenhuma Brastemp, garantia pra 94 só na Mitsubishi, mas com uma Sharp talvez a gente enxergue melhor.

**Jorge Almeida**  
Membro da Comissão  
Executiva Nacional

Fontes: 1- SORG 1988; 2- GTE 92; 3- POLIS; 4- IBGE, censo 1991; 5- Câmara Federal, Comissão de Lei Orgânica dos Partidos; 6- Folha de São Paulo, POLIS, IBGE

## Apesar de nós

Júlio Rafael\*

No livro "Estratégia- uma saída para a crise", publicado pelo Instituto Cajamar, nós vamos encontrar um artigo do companheiro Luís Soares Dulci— "As eleições no comando"— que nos ajuda a pensar uma questão que julgo fundamental para qualquer processo de avaliação da nossa participação nas últimas eleições.

Já naquele momento— pós eleição de 1990— Dulci afirmava que "a luta eleitoral foi uma das práticas que mais absorveram a nossa energia objetiva e subjetiva nos últimos anos. Se nós fizéssemos uma avaliação do processo de trabalho político do Partido nesses dez anos, perceberíamos que uma boa parte do tempo físico e da energia política das direções, dos quadros intermediários, dos militantes regulares de base, foi destinado ao trabalho eleitoral (...). Essa é a primeira idéia que considero importante destacar: por que uma prática que nos absorve tanto não é muito pensada organicamente?"

Dois anos depois, nos encontramos na mesma situação, com a diferença de mais uma eleição nas costas. O problema continua colocado.

Se formos capazes de fazer a avaliação das eleições municipais com a coragem política necessária para botarmos os dedos em algumas feridas estratégicas, creio que estaremos mais perto de ser felizes.

A proposta do Diretório Nacional de realizar uma avaliação com um tempo de maturação maior é extremamente positiva. Esse artigo tem muito desse esforço, vem no rumo de "colocar na roda" algumas idéias que possam ajudar ao conjunto do partido no enfrentamento dos problemas.

Primeiramente, quero afirmar que acredito que essa nossa dificuldade em pensar as eleições tem muito a ver com a resistência de grande parte da militância— aí incluídas as direções— de fazer com a democracia um "casamento por amor".

As eleições ainda não foram incorporadas ao nosso imaginário como elemento central da nossa estratégia de transformação da sociedade brasileira, continuam

sendo apontadas como preocupação dos sociais-democratas, fazendo com que as instâncias partidárias só se preocupem com os processos eleitorais em cima da hora, sem estrutura, sem programa de governo, sem finanças e tudo o mais que já vivemos por diversas vezes. Um dos problemas decorrentes dessa situação é que, enquanto a tomada do Palácio de Inverno oprime como um pesadelo o cérebro de muitos, as candidaturas e os projetos pessoais se gestam na estrutura paralela, só chegando às instâncias partidárias enquanto fato consumado, transformando, muitas vezes, as prévias e disputas e os encontros em disputas não muito fraternas.

Mesmo assim, apesar de nós, o resultado político dessas eleições municipais foi positivo para o PT. Está claramente configurada uma vitória da centro-esquerda, com um certo domínio do PT nesse campo.

Esse resultado diz, transparentemente, que a construção de uma alternativa democrática e popular para o país tem no PT a condição necessária, porém insuficiente, para se concretizar. Trata-se de aprofundarmos nossa política de alianças neste campo e já em 93 configurarmos uma coalizão para disputarmos e ganharmos em 1994.

Se do ponto de vista político, em função da vitória em quatro capitais e em outras grandes cidades, podemos afirmar que o resultado foi positivo para o PT, o mesmo não podemos afirmar do ponto de vista eleitoral. Apesar de não termos ainda os dados completos do resultado nacional, é possível afirmar que o nosso crescimento, em termos de



Júlio: "O PT ainda resiste em fazer um casamento por amor com a democracia".

votos, foi muito pequeno.

Esse é um dado da nossa avaliação que não podemos subestimar, sob pena de não percebermos os problemas que se colocam para a consolidação do nosso projeto em nível nacional.

Se levarmos em conta que essas eleições se deram, 1- numa conjuntura de grandes mobilizações nacionais, com o **impeachment** do presidente da República, onde o PT e Lula apareciam como vanguarda desse processo, 2- após a eleição presidencial de 89, com os nossos 11 milhões de votos no 1º turno e 31 milhões no 2º, 3- em 88, entramos nas eleições com 16 deputados federais, mais ou

menos 200 vereadores e nenhuma prefeitura e que em 92 contamos com 34 federais e um senador, cerca de mil vereadores e 24 prefeituras, temos que reconhecer que, do ponto de vista eleitoral nosso desempenho foi muito aquém do possível, ou do necessário, para um partido que se propõe a mudar o país.

Outra questão central que o resultado indica — a voz das urnas é a voz do povo. Ou não? — é que o PT continua sendo um partido das capitais e dos grandes centros urbanos. Não existimos em mais da metade dos municípios brasileiros e, na grande maioria da outra metade temos uma existência cartorial, sem

nenhuma influência política e social. Nessa realidade, que abriga quase metade da população brasileira, não adianta pensarmos a construção do PT a partir de uma certa concepção de luta e mobilização social. Lá, temos que entender a luta eleitoral e institucional como central para a nossa construção e consolidação e só a partir dela vamos construir um canal de participação política que dispute com os projetos de direita e conservadores.

Vale lembrar que em 1994 a eleição será "casada" e com outras regras eleitorais.

Por fim, temos que enfrentar a discussão sobre nossa política de ali-

anças. Tal como ela está formulada hoje, não dá conta da realidade social e política do país, nas suas diversidades regionais e mesmo no interior das regiões.

Também aqui se coloca o peso de uma tradição autoritária de esquerda, que se reflete numa avaliação muito rigorosa da prática dos nossos aliados, quando não de recusa total à construção das nossas alianças.

Neste sentido, é necessário quebrar as resistências existentes e apontar para a construção de uma coalizão de centro-esquerda para ganharmos 94.

\***Júlio Rafael** é membro do Diretório Nacional do PT

## Encontro Nacional de prefeitos petistas

**T**ão logo encerramos o Encontro Nacional de Prefeitos Petistas, realizado em Belo Horizonte, nos dias 23, 24 e 25 de novembro, nós da organização do encontro (PT-GTE/SORG, Projeto Gestão e Instituto Cajamar) pudemos avaliar que os objetivos principais aos quais tínhamos nos proposto — que eram de integrar o partido com as administrações, trocar experiências entre os atuais e futuros prefeitos e sensibilizar para o trabalho de planejamento participativo — foram atingidos.

Durante estes últimos dois meses em que trabalhamos para a realização do encontro, tivemos aportes de toda ordem, das diversas secretarias nacionais do partido, dos companheiros dos diretórios Regional de Minas Gerais e Municipal de Belo Horizonte e da Escola Sindical 7 de Outubro, sem os quais certamente não seria possível a sua realização.

O balanço positivo é inconteste, tanto do ponto de vista qualitativo quanto do ponto de vista quantitativo. Tivemos cem por cento de presença entre os palestrantes — o ministro Barelli, os prefeitos Olívio Dutra, Saul Barbosa, Chico Ferramenta, Dedá Teixeira, Celso Daniel, as prefeitas Luiza Erundina e Telma de Souza — e a participação de 42 dos 53 novos prefeitos petistas. Os trabalhos de oficinas em grupo tiveram a presença de quase 90 companheiros e houve momentos do

encontro em que tivemos, nas dependências da escola sindical, mais de 200 presentes.

No ponto de pauta referente à rede de ajuda, quando apresentamos as possibilidades que estão a disposição das novas prefeituras, quase duas dezenas de entidades se fizeram representar e, dentre estas, sem prejuízo às outras, cabe destacar a TVT, o ILDES, o POLIS, o INCA e a Machado Daniel Consultores e Associados, que colaboraram de forma direta na realização do Encontro.

Este encontro ainda merece uma análise mais aprofundada de todos os envolvidos na sua elaboração e organização porém, sinto-me na obrigação, desde logo, de pontuar algumas questões, tais como:

- é absolutamente necessária algumas assessorias (jurídica, planejamento) permanentes as prefeituras,
- escritório de representação em Brasília,
- formação permanente de quadros,
- direção política nacional com propostas às prefeituras petistas,
- intercâmbio e avaliação nacional e regional permanente,

Certamente poderia enumerar outro tanto de preocupações, como a de que os CDE's devem, urgentemente, buscar formas de auxiliar seus eleitos, destacando quadros de assessoria pois caso contrário teremos dificuldades certas em alguns casos.

Quanto à organização, destaco somente um ponto de preocupação agora, que é a falta de acesso aos prefeitos atuais, que tomara não continue com os próximos, pois alguns gabinetes se tornam barreiras intransponíveis, impossibilitando qualquer contato direto, penso que as prefeituras de médio e grande porte devem ter uma assessoria que garanta e permita estes contatos.

Nos próximos dias produziremos mais alguns dados do encontro, que serão remetidos aos participantes e, se tudo ocorrer dentro do esperado, logo teremos material editado do encontro.

Por fim, quero expressar o reconhecimento ao trabalho do conjunto que se formou de monitores/moderadores, sem dúvida dos melhores do país, também as equipes de apoio, que se desdobraram em suas tarefas, muitas ou quase todas exaustivas e estafantes mas que foram desenvolvidas e cumpridas com espírito de equipe dentro de um permanente clima de alto astral, que espero tenhamos conseguido transmitir a todos que lá estiveram.

### Cadastro Petista

A experiência adquirida por diversos companheiros em gestões petistas que se encerram no dia 1º de Janeiro não vai se perder. Atendendo a inúmeras solicitações dos futuros novos prefeitos levou à criação do **Cadastro Petista**. A idéia é de César

Alvarez — membro do DN e titular da Secretaria Nacional de Organização até dezembro de 91 — e colocada em prática agora pelo Grupo de Trabalho Eleições- GTE e pela SORG.

O **Cadastro Petista** é um banco de dados com cerca de 500 nomes de técnicos e administradores que exerceram funções na primeira geração de prefeituras petistas (89/92), disponíveis para trabalhar nas prefeituras petistas de segunda geração. São companheiros de todo o país, com experiência nas mais diversas áreas de administração.

O cadastro traz os nomes, endereços para contato, profissão, cargo e função (descrita) que cada um exerceu na prefeitura, o salário de outubro, a disponibilidade de mudar de cidade/estado e a expectativa de trabalho, com área de preferência.

Esse trabalho está registrado em disquete de computador por código numérico das pessoas, divididas em área de atuação e profissão. A intenção é atender demandas que cheguem ao GTE e à SORG, por escrito, de membros de 1º escalão das futuras administrações, com a identificação clara da necessidade, descrita de forma abrangente, mediante o que enviaremos os cadastros que se adequem às solicitações.

Desta forma esperamos contribuir com as futuras administrações petistas.

**Namir Bueno**  
Secretário Executivo do Encontro e Assessor da Secretaria

## FOTO DA CAPA

**1ª fila:** Marcos Carvalho (Cambuí- MG), Airton Viegas (Alcântara- MA), Antonio Palocci (Ribeirão Preto- SP), Zé do Ford (Buenópolis- MG), Manoel Castelo Branco (Três Marias- MG), Mauro Pereira (Cosmópolis- SP), Afrânio Boppré (vice de Florianópolis- SC), Rui Zimer (Jarú- PA), Tarso Genro (Porto Alegre- RS), Marcos Antonio da Silva (Agudos- SP), Mário Leite (Escada- PE).

**2ª fila:** Paulo Nunes (Jaguaquara- BA), Chico Ferramenta (atual prefeito de Ipatinga- MG), Luca (São Vicente- SP), Zezinho (Lagoa da Prata- MG), Luís Antonio Pinto (Resende Costa- MG), Luís Sérgio (Angra dos Reis- RJ), Agmar Gomes (Ouro Preto d'Oeste- RO), José Di Filippi (Diadema- SP), Ilário Marques (Quixadá- CE), José Augusto (atual prefeito de Diadema- SP).

**3ª fila:** Bastim Gurgel (Janduí- RN), Osório Teixeira (Mutum- MG), José Ivo Vanucchi (São Joaquim da Barra- SP), João Magno (Ipatinga- MG), Angela Guadagnin (São José dos Campos- SP), Moacir Alho (Gurupá- PA), José Airton Cirilo (Icapuí- CE), Geraldo Simões (Itabuna- BA).

P R E F E I T O S D O P T			
ESTADO	MUNICÍPIO	PREFEITO	VICE/PARTIDO
Acre	Rio Branco	Jorge Viana	Regina Lino/PSDB
Alagoas	Agua Branca	Luis Xavier	Noé Antonio dos Santos/PT
Amapá	Agua Branca do Amapari Mazagão	José Maria Amaral Lobato Antonio Elias A. Santos	Jane S. Guimarães/PSDB Ana Luiza/PSDB
Bahia	Itabuna Jaguaquara	Geraldo Simões Paulo Sergio Nunes	Xavier/PSB Eurípedes Corrêa/PSB
Ceará	Icapui Quixadá	José Airton Cirilo José Hilario Marques	Antonio Cesar/PT Julia Tavares/PT
Espirito Santo	Ecoporanga	Francisco Roberto Figueiredo	Aureo Santos/PTR
Goiás	Goiânia	Darci Accorsi	Jovair Arantes/PSDB
Maranhão	Alcantara	Airton Viegas	Raimundo Nonato/PT
Mato Grosso	Santa Terezinha	Tadeu Escame	Olivan Ferreira/PMDB
Minas Gerais	Alvarenga Belo Horizonte Betim Buenópolis Cambui Ilicínea Ipatinga Itinga Lagoa da Prata Mutum Pavão Resende Costa Três Marias	Homero João Pinto Patrus Ananias Maria do Carmo L. Perpetuo José Alves Marcos W de Carvalho Silvio Ribeiro Lima João Magno de Moura Solano de Barros José Otaviano Ribeiro Osorio Teixeira Filho Leodônio A Martins Luís Antonio Pinto Manoel Castelo Branco	José Raimundo/PT Celio de Castro/PSB Jesus Lima/PT Joaquim Arcanjo/PSDB Alcino dos Santos/PT Marisa de Jesus Melo/PT Djalma R da Silva/PT João Alves Rufino/PT José Teófilo/PT Pedro Soares/PT Geraldo Lima/PSDB João de Paiva/PT Geraldo Barbosa/PDT
Pará	Gurupa Oeiras do Pará	Moacir Alho Carlos Miranda Cardoso	Edson Lima/PT Josimar P da Silva/PT
Pernambuco	Escada Mirandiba	José Mario Leite Araujo Nelson Pereira Carvalho	Edelazil Mendes/PT José Rubens Carvalho/PSDB
Paraná	Londrina	Luis Eduardo Cheida	Assad Janani/PDT
Rio de Janeiro	Angra dos Reis	Luis Sergio Nobrega	José Carlos Castilho/PT
Rio Gde. do Norte	Janduis	Sebastião Gurgel	Francisca Galdino/PT
Roraima	Jaru Nova Brasilândia Ouro Preto do Oeste	Rui Luiz Zimer Juarez Martins Oliveira Agmar de Souza Gomes	Marcos Chiovet/PT Aderval da Cruz/PT Antonio Arrabal/PT
Rio Gde. do Sul	Aratiba Boa Vista do Buricá David Canabarro Novo Barreiro Porto Alegre Ronda Alta Sto. Expedito do Sul	Lucir de Conto Antonio Cesar Motta Luiz Deon Edemar João Rosseto Tarso Genro Abrelino Mattei Aquiles Soares da Rosa	Dirceu Detoni/PT Alfredo R. Eckert/PMDB Angelo Griza/PMDB Dirceu Kollig/PT Raul Pont/PT Leomir Bonavigo/PT
São Paulo	Agudos Avanhandava Cosmópolis Diadema Franco da Rocha Monte Alto Ribeirão Preto Santos S Joaquim da Barra S José dos Campos São Vicente	Marcos Antonio da Silva Mario Leocadio Leite Mauro Pereira José Di Filippi Mauro Maurici de Moraes Aparecido D Sartor Antonio Palocci David Capistrano José Ivo Vanucchi Angela Guadagnin Luis Carlos Pedro	Dalton Ribeiro da Silva/PT Wilson Arruda/PT Rubens de Matos/PT Antonio de Lucas/PT Winderson Anzelotti/PSDB Sergio Casaré/PT Joaquim Resende/PSDB Carlos Lambertini/PT Jorge Sandrim/PSDB Edmundo Carvalho/PSB Ubirajara de Melo/PT

# As estrelas das capitais

*Eles vão governar nossas principais vitrines a partir de 1º de janeiro. Tarso Genro, de Porto Alegre, Patrus Ananias, de Belo Horizonte, Jorge Viana, de Rio Branco e Darci Accorsi, de Goiânia, falam da vitória eleitoral e antecipam suas expectativas sobre o desafio de ser prefeito de uma capital.*

Entrevistas a Édson Campos

## Marco Histórico

**Tarso Genro**

Prefeito eleito de Porto Alegre (RS)

“A vitória da Frente Popular em Porto Alegre é um marco histórico na cidade. Enfrentamos figurões da política tradicional, que deram apoio explícito ao nosso adversário, como



Tarso: derrotando os figurões na maior vitória eleitoral da história de POA

Pedro Simon (PMDB), Jair Soares (PDS), Alceu Collares, Leonel Brizola, Antonio Britto. A nossa vitória alterou profundamente a qualidade das relações políticas na cidade. Formou-se um campo novo em torno das propostas do Partido dos Trabalhadores e se permitiu que se soldasse um novo conjunto de forças políticas que teve uma capacidade de agregação extraordinária. Inclusive em termos quantitativos a nossa vitória para a prefeitura foi percentualmente maior do que a grande vitória de Leonel Brizola na década de 50.

Acredito que nós criamos uma referência nacional. Na medida em que fizemos um governo que se baseou fundamentalmente na iniciativa e na participação popular através do Foro do orçamento participativo, na inversão das prioridades e na democratização radical de todas as políticas públicas do município, isso deu uma demonstração de vitalidade da esquerda e do PT que tem condições de aportar uma experiência universal. Não fizemos nenhuma obra milagrosa e não prometemos nem durante a primeira campanha, nem

durante esta campanha nenhuma renúncia imediata para soluções populares. Tratamos a população com seriedade e apresentamos projetos viáveis com um determinado matiz, com uma determinada coloração política, que afirmava a cidadania e resgatava a dignidade da política”.

## Vitória da democracia

**Patrus Ananias**

Prefeito eleito de Belo Horizonte (MG)

“Considero que a vitória da Frente BH Popular representa uma conquista fundamental, não apenas para Belo Horizonte, não apenas para Minas, mas uma vitória com repercussão nacional. Acredito que nestas eleições nós aplicamos efetivamente as conclusões do V Encontro do nosso partido. Unificamos os setores democráticos e populares. Estiveram conosco na campanha todas as forças políticas e sociais historicamente comprometidos com a democracia. O PT é a força hegemônica desse processo, a minha interlocução privilegiada será sempre com o PT, porque o PT é o meu partido. É o partido que tem hoje uma expressão social, uma inserção maior. O que está colocado hoje para o país é a consolidação da democracia. Nós temos ainda no país muito setores antidemocráticos — a campanha em BH demonstrou isso —, então, temos o desafio de consolidar a democracia, de colocar a política do país em bases éticas novas. Outra questão que se coloca hoje com uma



Patrus: reunindo as forças políticas e sociais comprometidas com a democracia

exigência, com um clamor nacional é a questão do desenvolvimento, é o Brasil voltar a crescer. Para nós viabilizarmos essas três exigências — consolidação da democracia, a superação definitiva da corrupção, novos padrões éticos, morais da política, e a retomada do desenvolvimento — eu considero fundamental a política de alianças. O PT sozinho, ele não traduz essas exigências e essas possibilidades para o país. Depois de consolidada a democracia e retomado o desenvolvimento, outros desafios, outras lutas se colocarão para o Partido e para os setores de esquerda”.

## Desafio na Amazônia

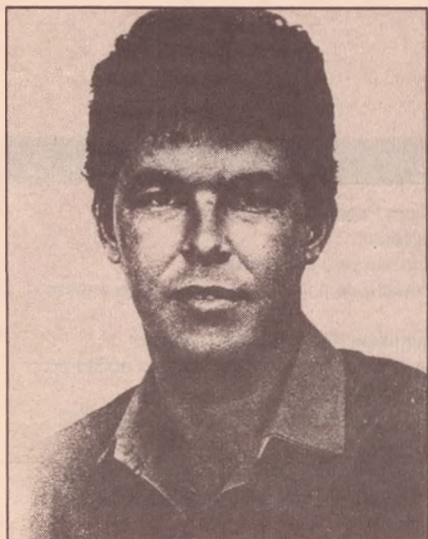
**Jorge Viana**

Prefeito eleito de Rio Branco (AC)

“Depois da eleição de 90, quando fomos para o 2º turno, essa conquista de uma capital na Amazônia é fundamental. Fundamental pelo acúmulo dos movimentos sociais, basicamente dos seringueiros, dos agricultores, também dos índios. Agora temos a oportunidade de, enfrentando as oligarquias locais do PDS e PMDB, colocar em prática uma nova cultura administrativa que possa buscar um desenvolvimento mais adequado à nossa realidade. O essencial é que conseguimos romper com o processo de revezamento de forças conservadoras no poder. Agora está posto o grande desafio de introduzir essa nova cultura, combater o clientelismo, desprivatizar o poder público, que no nosso Estado, no nosso município é dividido pelos grupos que se revezavam no poder e também garantir um processo democrático de participação popular na gestão, na concepção da nova administração. Além, é claro, de tentar contribuir para que a economia do município, que hoje está completamente degradada, deteriorada, possa se refazer e começar um processo de geração de emprego e de redistribuição de riquezas. O maior gerador de empregos hoje é a prefeitura. Isso é muito ruim tanto para a prefeitura quanto para a região como um todo. Nossa preocupação é criar alternativas econômicas que possam gerar empregos, gerar impostos e começar um desenvolvimento que

leve em conta as peculiaridades da região.

Em relação à política de alianças, acho que é fundamental para o PT essa experiência de dividir responsabilidades e até de conduzir alianças no campo de centro-



Jorge Viana: rompendo o revezamento dos conservadores no poder

esquerda. Acho que esse é o grande acúmulo do PT, que está consolidado, de certa forma, nas capitais, nas cidades grandes e médias brasileiras, uma nova correlação de forças. Entendo que nós agora começamos a trabalhar de maneira mais correta a nossa política. Não dá para ganhar sozinho e quando dá para ganhar sozinho, não dá para administrar sozinho, ou é muito difícil. Entendo que essa é a grande contribuição que as cidades, onde essas alianças se estabeleceram, estão dando para o processo de 94. Não apenas está em jogo ganhar a presidência com Lula, mas está também, se a gente souber conduzir esse processo político, fazer uma política de alianças no campo do centro esquerda que garanta a maioria no Congresso Nacional, para que possa garantir a governabilidade de um futuro governo Lula”.

## Rompendo limites

**Darci Accorsi**

Prefeito eleito de Goiânia (GO)

“Temos que ser realistas, o PT de Goiás tem muitas limitações. Tanto que tivemos a oportunidade de fazer uma prefeitura em Goiás em 88 e, três meses depois, fomos obrigados a convidar o prefeito a sair do partido. Por outro lado, o PT conseguiu, nesses 12 anos, reunir uma geração de quadros de lideranças, de pessoas que vieram do movimento social, sindical, da igreja, das universidades, que nos dá

segurança em termos da nossa administração. Acredito que hoje o PT de Goiânia tem quadros suficientes para formar uma equipe que nos levará a administrar Goiânia dentro do nosso projeto, dentro do projeto do Partido dos Trabalhadores. Em Goiânia nosso principal desafio é mostrar que o Modo Petista de Governar, além de sério, de honesto, é competente no trato com a coisa pública. Esse é o primeiro desafio que vamos encontrar, mostrar que o PT tem capacidade administrativa. Aí entra uma capacidade nossa de articularmos forças ao redor da nossa administração, forças de todos os setores da sociedade e de que a gente consiga romper um pouco com os limites, que até hoje acompanharam o partido. É um desafio, mas não é intransponível.

Conseguimos, em Goiânia, fazer um trabalho muito bom, dentro da linha definida no 1º Congresso, definindo uma frente de partidos no campo democrático e popular que constituíram nossa Frente “A União é a Vitória”. Pela primeira vez em Goiás conseguimos fazer esse leque de alianças, mesmo na relação com a sociedade conseguimos rompendo



Darci: o desafio de articular forças em torno da administração

com o preconceito de que “o PT é radical é sectário”. Então, com a aliança que fizemos com esses partidos (PSDB, PCdoB, PSB, PMN) conseguimos fazer com que a população, também, e os próprios geradores de opinião pública comesçassem a ver o PT de uma forma diferente. No segundo turno nós conseguimos também aglutinar forças, em outros campos, mas sem romper com os compromissos que nós tínhamos dentro da coligação, dentro da orientação do Partido e dentro do nosso projeto de governo”.

## Curiosidades eleitorais II

Embora não tenhamos o número oficial de votos que o Partido obteve nas eleições de 1988 (o TSE não forneceu), para compararmos com as projeções sobre o resultado do pleito deste ano, podemos — também através de estimativas, mas com menor margem de erro — comparar os votos que o PT obteve nas capitais nas últimas eleições (veja o gráfico).

A Secretaria Nacional de Organização estimou em 3,1 milhões o número de votos que o PT obteve nas capitais em 1988. Este número deve estar bem próximo do real pois, segundo o TSE, a soma dos votos dos candidatos petistas vitoriosos em

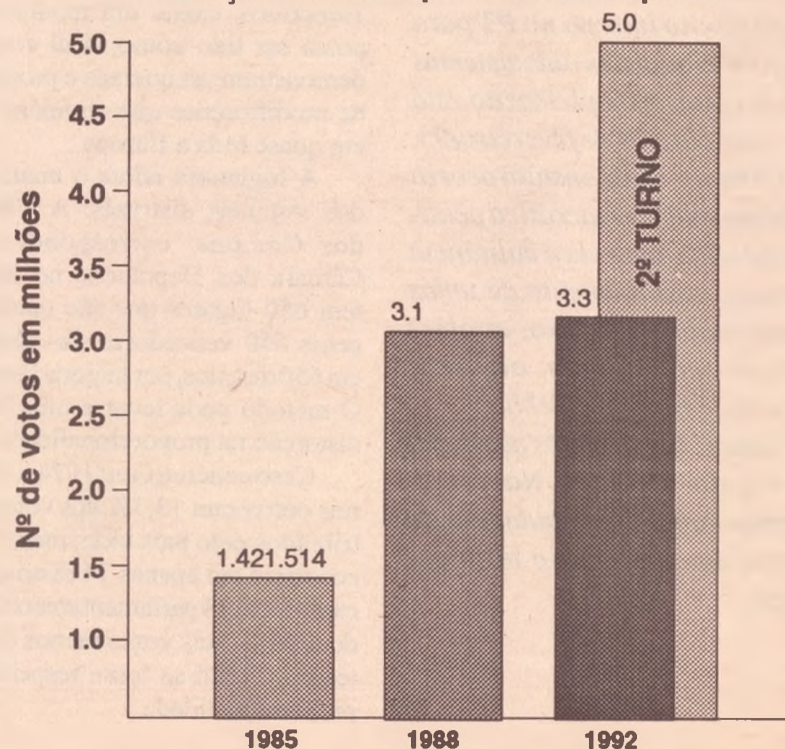
88 é igual 2.620.565 e naquele ano vencemos em três capitais: Porto Alegre, São Paulo e Vitória.

Para as eleições deste ano o GTE (Grupo de Trabalho ELEições-92) estimou em cerca de 3,3 milhões de votos nas capitais, no primeiro turno. No segundo turno este total sobe para aproximadamente 5 milhões. Nesta projeção o GTE não considerou as capitais onde o candidato a prefeito pertenceu a outro partido e excluiu as cidades de Maceió, onde a apuração do 1º turno ainda não foi concluída, e Boa Vista (um só turno realizado no dia 29/11).

VOTAÇÃO APROXIMADA DE OUTROS GRANDES PARTIDOS NAS CAPITALS		
PARTIDO	1º TURNO	1º + - 2º *
PT	3,3 milhões	5,0 milhões
PMDB	2,7 milhões	3,9 milhões
PDS	2,1 milhões	3,0 milhões
PDT	1.200 mil	1.240 mil
PSDB	1.100 mil	1.200 mil
PFL	800 mil	1,0 milhão
PL	270 mil	470 mil
PDC	230 mil	420 mil
PSB	150 mil	250 mil
PRN	270 mil	-
PTB	60 mil	-
PPS	46 mil	-

\* A terceira coluna deste quadro refere-se aos votos conquistados no primeiro turno mais a diferença à mais conquistada no 2º turno

### Evolução do voto petista nas capitais



# Parlamentarismo ou Presidencialismo?

## Você decide

*Tendo em vista o plebiscito que vai decidir entre Parlamentarismo e Presidencialismo, marcado para 21 de abril de 1993, nós da Secretaria Nacional de Formação, queremos apresentar, de forma muito simples, subsídios para que a militância petista possa participar, muito bem informada, deste debate.*

*A discussão sobre qual é o melhor regime de governo para o país é muito importante para ficar restrita aos centros acadêmicos e políticos. A sociedade deve necessariamente ser envolvida neste debate, que coloca em jogo o futuro das instituições políticas da democracia no Brasil.*

*Ainda neste mês de dezembro, estaremos publicando uma cartilha para orientar o debate interno do PT.*

*Segundo o calendário estipulado pela direção, haverá um plebiscito interno no PT para definirmos qual dos dois sistemas vamos optar. Este plebiscito está marcado para 14 de fevereiro/93.*

*Para que esta consulta ocorra da forma mais democrática possível é preciso que toda a militância participe assiduamente de todas as discussões. Por isso, estamos apresentando mais algumas informações para o debate.*

*Assim como fizemos na edição nº 66 do Boletim Nacional, estamos dando continuidade nesta edição apresentando o texto que segue.*

### A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO MUNDO

Buscar, nos outros países, modelos que possam ser adaptados à realidade brasileira é uma tarefa gigantesca porque não há duas eleições nem tampouco duas democracias iguais no mundo inteiro, em suas conseqüências e em todos os pormenores de suas estruturas e dos seus regulamentos.

Regras sobre a maneira de se eleger parlamentares podem ser parecidas em países que adotam sistemas de governo totalmente diferentes um do outro. Exemplo: na Inglaterra, país parlamentarista e monárquico, adota-se o voto distrital e uninominal, da mesma maneira que fazem os Estados Unidos, país republicano e presidencialista.

Já a Espanha, monarquia parlamentarista, elege seus parlamentares praticamente da mesma forma proporcional que faz o Brasil republicano e presidencialista.

Só por esses exemplos, se vê que a possibilidade de combinações entre sistemas eleitorais é enorme. Tampouco, existe um modelo que possa ser tido como ideal como o demonstram as queixas e propostas de modificações que circulam hoje em quase toda a Europa.

A Inglaterra adota o mais puro dos sistemas distritais. A Câmara dos Comuns, correspondente à Câmara dos Deputados no Brasil, tem 650 lugares que são ocupados pelos 650 vencedores das eleições em 650 distritos, por maioria simples. O método pode levar a uma brutal distorção na proporcionalidade.

Caso concreto: em 1974, os liberais obtiveram 13,3% dos votos distribuídos pelo país todo, mas, como encerram em apenas 14 distritos, ficaram com 14 parlamentares ou 2,2% do total — seis vezes menos do que teriam direito se fosse respeitada a proporcionalidade.

#### FRANÇA

**Sistema de governo:** Presidencialismo misto com Parlamentarismo  
**Forma de escolha do presidente:** Sufrágio universal  
**Forma de escolha do primeiro-ministro:** Nomeado pelo presidente.  
**Poderes do presidente:** Amplos, inclusive nomear e demitir o primeiro-ministro e dissolver a Assembléia Nacional.  
**Poderes do primeiro-ministro:** Limitados; a Assembléia Nacional pode derrubar o governo por maioria absoluta. Contudo, é ainda responsável pela defesa das ações do governo e teria poderes de controle sobre a administração  
**Regime partidário:** Pluripartidarismo. Principais Partidos: Socialista, Frente Nacional, Comunista, União pela República, União pela Democracia.  
**Legislativo:** Senado (321 membros eleitos por colégio eleitoral para mandato de nove anos, 1/3 renovado a cada três anos; Assembléia Nacional (577 membros eleitos por voto direto para mandato de cinco anos).

#### REINO UNIDO

**Sistema de governo:** Monarquia Constitucional  
**Forma de escolha do rei:** Sistema de hereditariedade.  
**Poderes do rei:** Chefe de Estado. Como todo o poder político concentra-se no primeiro-ministro e seu gabinete, o monarca deve agir de acordo com sua orientação  
**Poderes do primeiro-ministro:** Chefe de Governo. É quem escolhe os membros do gabinete dentre os membros do seu próprio partido. É, contudo, sujeito ao Parlamento no sentido que deve expor e defender sua política no debate parlamentar.  
**Regime partidário:** Pluripartidarismo. Principais Partidos: Conservador, Liberal, Trabalhista, Social Democrata, Unionista Democrático.  
**Legislativo:** Parlamento bicameral. Câmara dos Comuns (650 membros eleitos por voto direto para mandato de 5 anos) a Câmara dos Lordes (mais de 1.000 membros: príncipes, pares e nobres da corte, lordes legisladores, consultores jurídicos, 2 arcebispos, 24 bispos).

#### ITÁLIA

**Sistema de Governo:** República Parlamentarista  
**Forma de escolha do presidente:** Eleito pela Câmara e Senado junto com três representantes de cada região, por maioria absoluta, para mandato de sete anos, que não pode ser reduzido.  
**Forma de escolha do primeiro-ministro:** Indicado pelo presidente.  
**Poderes do presidente:** Pode convocar sessões especiais do Parlamento e dissolvê-lo, além de indicar o primeiro-ministro. Pode ser, contudo, indiciado por alta traição ou incapacidade de sustentar a constituição.  
**Poderes do primeiro-ministro:** É o único responsável pela direção da política e administração do governo.  
**Regime partidário:** Pluripartidarismo. Principais partidos: Democrata Cristão - PDS (ex-comunista), Socialista.  
**Legislativo:** Câmara (630 membros); Senado (315 membros eleitos por voto direto para mandatos de cinco anos).

#### ALEMANHA

**Sistema de governo:** República federativa parlamentarista  
**Forma de escolha do presidente:** Escolhido pela Assembléia Federal acada cinco anos.  
**Forma de escolha do primeiro-ministro:** O Chanceler é nomeado pelo presidente, mas eleito por maioria absoluta da Assembléia Federal.  
**Poderes do presidente:** Chefe de Estado. nomeia o chanceler, mas não pode demiti-lo ou dissolver o Parlamento.  
**Poderes do primeiro-ministro:** Chefe de Governo. Na prática, é sempre o presidente do partido majoritário. Tem poderes consideravelmente independentes e orienta a política do governo. Pode ser deposto pela maioria absoluta do Parlamento, mas somente depois que este elegeu seu sucessor por maioria absoluta.  
**Regime partidário:** Pluripartidarismo (principais partidos: União Democrática Cristã, Social Democrata, Democrático Nacional, do Socialismo Democrático, Verde)  
**Legislativo:** Parlamento bicameral (Conselho Federal, 68 membros; Assembléia Federal, 662 membros com mandato de 4 anos eleitos por sistema misto de representação proporcional e voto direto).



Na Itália, a polêmica é em torno do próprio sistema de governo. Nas vésperas da última eleição parlamentar (maio passado), o próprio presidente da república da época, Francesco Cossiga, pregou a adoção do presidencialismo em substituição do parlamentarismo. Exatamente o contrário do que ocorre no Brasil hoje, país em que, ao menos no Parlamento, formou-se uma nítida maioria em favor da substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo.

No Japão, parlamentarista, os 512 membros da Dieta (equivalente à Câmara dos Deputados) são escolhidos em 130 distritos, nos quais se elegem de três a cinco deputados (os chamados distritos plurinominais).

Na Alemanha vigora o chamado sistema distrital misto. Parte dos deputados é eleita nominalmente pelo voto distrital majoritário, mas outra parte corresponde à lista fechada apresentada pelos partidos. Exatamente por representar uma combinação do método proporcional com o majoritário, o sistema alemão encanta os acadêmicos. Um estudo feito sobre os resultados eleitorais na Alemanha mostrou que o método permite uma proporcionalidade quase perfeita, ao contrário do que ocorre na Inglaterra. A percentagem de votos equivale quase exatamente à percentagem de cadeiras atribuídas a cada partido.

Também não podemos dizer que o método (proporcional, majoritário, nominal) tinha relação com o grau de desenvolvimento do país. No Brasil, subdesenvolvido, usa-se o método proporcional, pelo qual o número de vagas nas casas legislativas é atribuído em função da proporção dos votos obtidos pelo partido.

O eleitor vota em nomes e não em listas partidárias, mas, na Colômbia, igualmente subdesenvolvida, o voto vai para listas fechadas apresentadas pelos partidos. O eleitor não pode escolher João da Silva. Tem que votar na lista dos liberais ou conservadores, os dois grandes partidos colombianos.

Na Bélgica e na Holanda, exemplos de desenvolvimento com estabilidade, a regra proporcional também vale, como no Brasil, mas o voto vai para a lista partidária, como na Colômbia. Só que há uma particularidade nesses dois países europeus: o eleitor pode alterar a ordem de

colocação dos candidatos na lista apresentada pelos partidos.

Assim, se o Partido "x" colocou João da Silva em 60º lugar na sua lista, com reduzidas chances de ser eleger, o eleitor fanático por esse candidato pode puxá-lo para, digamos, o terceiro lugar, o que lhe daria quase certeza de chegar ao Parlamento.

Em Portugal e França, ao contrário dos demais países parlamentaristas, nesses dois casos o presidente da República é eleito diretamente e tem mais poderes do que o normalmente atribuído ao Chefe de Estado.

A conseqüência tem sido uma batalha surda entre o Chefe de Governo e o Chefe de Estado nos momentos em que cada um deles pertence a partidos diferentes.

Os exemplos citados demonstram que não é nem o sistema de governo nem a maneira de eleger representantes que fazem um país mais ou menos moderno, mais ou menos eficaz. Ainda assim, é também evidente que o sistema partidário-eleitoral brasileiro é dos mais anárquicos do mundo, a ponto de o país jamais ter tido partidos solidamente enraizados.

As elites brasileiras têm um vício de copiar modelos de outros países que não se adaptam a nossa realidade. Os sistemas de governo variam de país, da mesma forma que se encontra uma gama enorme de sistemas eleitorais no mundo. Não há uma fórmula ideal que possa ser receitada como modelo.

Com a proposta parlamentarista, ganhou força no Brasil a defesa do voto distrital, que substitui o atual sistema proporcional adotado na escolha dos representantes parlamentares.

O voto distrital virou com a onda neoliberal que confunde modernidade com satisfação. A experiência de países que adotaram o voto distrital — sistema minoritário mesmo nos regimes parlamentaristas — prova que ele pode distorcer completamente a representatividade da cidadania.

No sistema distrital, um Estado que tem direito a 30 cadeiras na Câmara dos Deputados, é dividido

JAPÃO
<b>Sistema de governo:</b> Monarquia Constitucional
<b>Forma de escolha do Imperador:</b> Sistema de hereditariedade.
<b>Forma de escolha do primeiro-ministro:</b> Escolhido pela Dieta (Parlamento) entre seus membros. Em geral, é o líder do partido majoritário ou de um dos partidos coligados.
<b>Poderes do Imperador:</b> O imperador não tem poderes com relação ao governo. Seu principal papel consiste em formalidades como a indicação do primeiro-ministro, que é previamente designado pela Dieta.
<b>Poderes do primeiro-ministro:</b> Escolhe o gabinete. Se a Câmara dos Deputados aprova uma resolução de censura ou recusa-se a dar um voto de confiança ao governo, o gabinete deve renunciar, a menos que a Câmara dos Deputados se dissolva em dez dias.
<b>Regime partidário:</b> Pluripartidarismo. Principais Partidos: Liberal-Democrata, Socialista, Komeito, Comunista).
<b>Legislativo:</b> Bicameral. Câmara dos Deputados, 512 membros eleitos por voto direto para mandato de 4 anos; Câmara de Conselheiros, 252 membros eleitos para mandato de 6 anos, a metade renovada a cada 3 anos.

ESTADOS UNIDOS
<b>Sistema de governo:</b> República presidencialista
<b>Forma de escolha do presidente:</b> Por sufrágio direto e universal para mandato de 4 anos.
<b>Poderes do presidente:</b> Nomeia secretários de departamentos (cargo correspondente ao de ministro) e diretores de agências governamentais, com a aprovação do Senado, Chefe do Executivo, responsável pela realização de tratados, comandante das Forças Armadas e Chefe de Estado. Na prática, suas responsabilidades incluem propor leis, formular a política externa, diplomacia e liderança de seu partido.
<b>Regime partidário:</b> Pluripartidarismo. Principais Partidos: Democrático e Republicano.
<b>Legislativo:</b> Senado: 100 membros (2 por Estado) eleitos por voto direto com mandato de 6 anos; 1/3 renovado a cada dois anos. Câmara dos Deputados: 435 membros eleitos pelo voto direto segundo a população de cada Estado, mandato de 2 anos; o voto direto não é obrigatório.
<b>Poderes do Congresso:</b> Criar impostos, emprestar recursos financeiros, regular o comércio interestadual, declarar guerra, disciplinar seus próprios membros e determinar suas regras de procedimento.

## A reforma eleitoral

em 30 distritos eleitorais, cabendo a cada um eleger um deputado pelo sistema majoritário. Ao contrário do que ocorre no sistema proporcional em vigor, no qual os candidatos à Câmara dos Deputados disputam voto em todo o Estado, com o sistema distrital a disputa será regionalizada. Cada partido poderá lançar apenas 1 candidato em cada distrito. Vence o que fizer maior número de votos, desprezando-se a votação obtida pelos demais partidos. Assim funciona na Inglaterra.

Prevalece no PT uma posição contrária ao voto distrital, pela distorção que ele provoca na representação democrática proporcional.

O voto distrital incentiva a polarização, favorecendo o bipartidarismo. Os partidos pequenos e as minorias são esmagadas neste sistema.

Por outro lado, critica-se o sistema proporcional por favorecer o abuso do poder econômico e por tornar as

campanhas eleitorais muito caras, diante das dimensões do eleitorado.

O modelo que vem sendo difundido para o país é o sistema distrital misto da Alemanha. trata-se de uma combinação do voto distrital com o proporcional. Neste sistema, a metade dos parlamentares é eleita pelo voto distrital e a outra metade por voto em lista partidária proporcional. A distribuição das cadeiras é feita com base na votação obtida pelos partidos. Assim, ficaria assegurada a proporcionalidade.

### NÃO FIQUE POR FORA

OPT já tem à disposição da militância uma cartilha sobre estas questões. Por apenas Cr\$10.000,00 você pode ter em suas mãos informações básicas que lhe ajudarão a decidir. Faça pedido pelo telefone: 223-7999 (ramal 221) com Davi.

# O PT contra o embargo

*A aprovação da Lei Torricelli pelo Congresso norte-americano, intensificando o embargo comercial a Cuba, é mais uma agressão dos EUA à autodeterminação do povo da ilha. O deputado Luiz Gushiken (PT-SP) apresentou à Comissão de Relações Internacionais da Câmara Federal uma moção de repúdio à Lei Torricelli, que deverá ser votada após o recesso das comissões. A seguir reproduzimos o texto da moção e o discurso da deputada Maria Laura (PT-DF) manifestando solidariedade a Cuba e cobrando uma postura mais clara do governo brasileiro na condenação do embargo.*

**A** chamada Lei Torricelli consiste em norma sancionada no mês passado (novembro) pelo presidente George Bush e que determina o endurecimento do bloqueio econômico contra Cuba. A Lei Torricelli, que recebeu essa denominação por ser de autoria do deputado de New Jersey Robert Torricelli, do Partido Democrata, estabelece novas formas de embargo contra Cuba, das quais se destacam:

a. reforço do embargo americano através da proibição do comércio com a ilha por subsidiárias estrangeiras de empresas americanas;

b. exigência do envio direto de correspondências entre Cuba e os EUA através dos Correios dos EUA e a autorização para a melhoria das comunicações por telefone entre os

dois países, atualmente caras e ruins; c. estabelecimento das diretrizes políticas que os EUA adotarão após o fim do regime de Fidel Castro. Autorização para o envio de alimentos e remédios a Cuba numa ajuda de emergência ao eventual poder provisório e do fim do embargo quando um "governo democrático" assumir o poder;

**d. proibição de que navios utilizados no comércio com Cuba aportem nos EUA por seis meses após deixar território cubano.**

Esta nova lei estende a jurisdição americana além das fronteiras dos EUA para alcançar subsidiárias de companhias americanas e viola a liberdade de comércio internacional.

Também merece destaque o fato de que no último dia 26 de novembro a ONU aprovou resolução recomen-

dando o fim do boicote comercial americano contra Cuba. O Brasil votou favoravelmente ao projeto de resolução cubano e o chefe da missão brasileira na ONU, Roberto Sardenberg, antes da votação, defendeu a total reinserção de Cuba no sistema americano internacional e a extensão às relações EUA-Cuba da atmosfera de conciliação mundial que se seguiu ao fim da Guerra Fria.

Portanto, a Lei Torricelli recrudescer o cerco econômico a Cuba no momento em que a comunidade internacional apresenta tendência ao abrandamento do embargo econômico imposto à ilha.

O embargo econômico a Cuba é medida que fere o princípio de autodeterminação das nações, visando modificar o regime político de nação soberana e autônoma. O cerco

americano representa injusta e indevida interferência em questão política interna cubana, desrespeitando os mais elementares princípios de direito internacional. Tal situação está conduzindo Cuba a um trágico estrangulamento econômico, pela paralisação da atividade econômica e pelo total isolamento comercial a que o país está submetido.

Assim, por se tratar de matéria relevante e que tem repercussão imediata na vida de todos os cubanos, apresentamos a presente moção de repúdio à Lei Torricelli, a fim de manifestar, através dos deputados desta Casa, a inconformidade com o agravamento do embargo econômico imposto a Cuba.

Sala das Sessões, 09 de dezembro de 1992.

**Dep. Luiz Gushiken (PT-SP)**

## Pelo respeito ao povo cubano

**N**os dias 26 e 27 de outubro desse ano, foi realizada na Cidade do México a Conferência Internacional em Defesa do Povo Cubano.

Delegados norte e sul-americanos, representando um conjunto de organizações sindicais, políticas e de solidariedade, reuniram-se para analisar as consequências desse criminoso bloqueio econômico que há mais de 30 anos afeta a vida do povo cubano.

No governo Bush houve um aprofundamento desse bloqueio, com a aprovação da Lei Torricelli, que atenta contra o direito internacional ao livre intercâmbio comercial e contra o direito à vida do povo cubano.

Essa lei, na verdade, impõe a

execução de medidas que ultrapassam as fronteiras dos EUA, tais como a aplicação de sanções a países que prestem assistência à ilha, a proibição a embarcações que ataquem em Cuba de atracar posteriormente em portos norte-americanos.

A Lei Torricelli declara que o governo norte-americano decide, por todos nós, com que países podemos comercializar ou não. É um ultraje ao direito de autodeterminação dos povos e um atentado à soberania das nações, é uma condenação do povo cubano à morte pela fome.

Essa Lei Torricelli já foi condenada e não reconhecida por diversos países, nas Américas e na Europa. O ministro das Relações Exteriores já recebeu por duas vezes

o Comitê de Defesa do Povo Cubano, com o apoio e a participação de parlamentares e estamos aguardando uma posição mais incisiva do governo brasileiro sobre essa questão.

Anteontem (24 de novembro), a Assembléia Geral da ONU adotou uma resolução que solicita aos EUA que suspendam o bloqueio comercial contra Cuba. A votação foi de 59 países a favor, 3 contra e 71 abstenções, o que mostra que os EUA encontram cada vez menos cúmplices para levar essa política criminosa.

Parlamentares e o Comitê procuramos também o ministro Paulino Cícero. O objetivo de nossa audiência era interceder para que o governo brasileiro cumpra o acordo firmado entre a Petrobrás e Cuba para

prospecção de Petróleo na ilha. O ministro ficou de nos responder, mas, infelizmente até o dia de hoje, não conseguimos marcar nova audiência para conhecermos a posição desse governo. Continuaremos insistindo, no entanto.

Amanhã (27 de novembro), estaremos em audiência com o embaixador dos EUA no Brasil, senhor Richard Melton, para colocar nossas posições e entregar-lhe um abaixo-assinado de representantes da vida política sindical e social do Distrito Federal, exigindo o fim do bloqueio econômico que cessem com as ameaças de intervenção militar em Cuba.

**Deputada Maria Laura, PT-DF**

## Mulheres do Cone Sul discutem participação política

A participação das mulheres nos espaços de poder ainda é bastante restrita se comparada à população feminina e seu papel na construção da sociedade. Constatar esta realidade e avançar em sua superação foram as propostas apontadas pelo 2º Fórum de Mulheres Militantes Partidárias ocorrido em 29 e 30 de outubro em Buenos Aires, organizado pela Fundação Friederich Ebert.

Mulheres feministas e militantes de partidos políticos do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai mergulharam nas experiências que visam garantir a participação política das

mulheres, imprescindível à democratização do Estado e dos partidos.

O Estado deve assumir a tarefa de coibir e combater todas as formas de discriminação, mediante a implantação de políticas específicas para as mulheres. Porém, a real democratização passa pelo próprio questionamento das práticas políticas usuais, quanto às formas de decisão, representação e acesso à formação e informação.

A necessidade de abordar todos os temas da vida pública sob uma ótica de gênero, estabelecer alianças entre todos(as) os(as) excluídos(as) e a denúncia de práticas políticas conservadoras e excludentes foram

algumas das perspectivas apontadas.

O Fórum constituído pretende permanecer como espaço de reflexão das mulheres. Um próximo encontro discutirá uma experiência de democratização do poder do Estado e do Partido, apresentada por cada país participante.

**Dida Dias dos Santos** pela Comissão Estadual de Mulheres e responsável pelo Projeto Especial da Mulher da Prefeitura de Piracicaba.

**Angela Borba** - membro da Sub Secretaria Nacional de Mulheres do PT e membro do Diretório Estadual do PT/RJ.

## Partidos do Foro de São Paulo falam aos presidentes do Grupo do Rio

Os partidos integrantes do Foro de São Paulo reuniram-se em Buenos Aires, nos dias 27, 28 e 29 de novembro, por ocasião da reunião de cúpula de presidentes do "Grupo do Rio" para analisar a democracia, o neoliberalismo e as consequências sociais da aplicação do modelo neo-conservador, assim como as alternativas populares para preservar os direitos trabalhistas e lutar contra o desemprego e a exclusão social.

No documento aprovado durante a reunião le-se: "...Tal como o expressam os atuais e trágicos acontecimentos na Venezuela, a política neoliberal implica na impossibilidade de construir um verdadeiro consenso político e social, e tende

a enfraquecer e desestabilizar o jogo da democracia política.

Se o caso do Peru revela, em forma externa, a profunda incompatibilidade dos ajustes neo-conservadores e a sobrevivência da democracia, esta incompatibilidade manifesta-se também sob múltiplas formas nos diferentes países latino-americanos..."

Foi aprovada também uma resolução, dirigida aos presidentes, de repúdio a Lei Torricelli demandando dos governos: ampliar o comércio com Cuba, fazendo com que as empresas norte-americanas cumpram exclusivamente as legislações nacionais.

- Conceder créditos à Cuba para a aquisição de alimentos e produtos

medicinais;

- Realizar todas as gestões necessárias para que os Estados Unidos cessem o bloqueio econômico à Cuba.

Os documentos aprovados podem ser consultados na íntegra, na Secretaria de Relações Internacionais do Diretório Nacional.

**Nani Stuart**  
Assessora da Sec. Relações Internacionais

### NOTAS

#### Uruguai:

"Queremos contribuir para a construção de um projeto de sociedade alternativo e superador do capitalismo. Não é suficiente o pluralismo, o pluripartidarismo, a liberdade de imprensa e associação. Também não podemos nos limitar a rejeitar o velho modelo de socialismo. Temos que avançar na elaboração de uma proposta democrática, mais libertária, mais aberta e sensível às tendências e aos problemas das sociedades modernas. Devemos continuar na batalha e na crítica contra todas as formas opressoras do passado. E contra a burocracia como inimiga de todo projeto autenticamente revolucionário"

Trecho da declaração política da "Convocatória", elaborada durante o Encontro de ex-militantes do Partido Comunista, reunidos recentemente em Montevideo para conformar uma nova força política dentro da Frente Ampla.

#### El Salvador

Em atenção ao convite da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional presente ao Ato Oficial que marcou o fim dos enfrentamentos em El Salvador, no dia 16 de dezembro, Lula enviou à FMLN a seguinte mensagem:

"Prezados companheiros e companheiras,

recebi com satisfação o vosso convite. Infelizmente, motivos de força maior impedem que estejamos presentes ao Ato Oficial pelo fim do enfrentamento armado em vosso país.

Quero transmitir, em nome da Direção Nacional do PT, nossa saudação aos participantes desse Ato e o desejo de que sejam obtidos resultados relevantes para a FMLN. Os novos acordos certamente repercutirão positivamente na política de vosso País e em toda a América.

Reafirmamos mais uma vez a nossa solidariedade com o povo salvadorenho na luta pela Paz e pela Democracia.

Saudações fraternas",

**Luiz Inácio Lula da Silva**  
Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores

# BOLETIM NACIONAL

## Mercosul: uma realidade em debate

Para estabelecer uma política comum em defesa dos interesses nacionais e, em particular, dos trabalhadores, reuniram-se na Espanha representantes dos partidos políticos da esquerda latinoamericana em uma jornada de debate sobre o Mercosul.

O evento foi convocado pela Casa de Retruco, entidade ligada ao *Encuentro Popular*, partido político argentino. Participaram parlamentares do Brasil (Edésio Passos, do Partido dos Trabalhadores), da Argentina (Luis Brunati, Deputado Nacional) e do Uruguai (Helio Sarthou, Deputado Nacional da Frente Ampla), contando o debate com a presença do urbanista Jordi Borja, delegado da Prefeitura de Barcelona, e da economista Maria Angels Martinez, da Universidade de Barcelona.

As discussões realizadas no dia 7 de novembro, no Centro Cultural da Prefeitura de Castelldefels, próximo a Barcelona, com a presença do Prefeito Augustin Perez, concluíram pela necessidade de intensificar intercâmbio entre os partidos políticos e organizações sociais e sindicais do Cone Sul e os Países integrantes da Comunidade Econômica Européia.

Dentre as resoluções adotadas salienta-se a que se refere a instituição imediata de fundos sociais em favor dos desempregados e das pequenas empresas que venham a ser atingidas por desequilíbrios na implantação do Mercosul.

Outro ponto assinalado diz respeito à garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores diante

de projetos de interesses de governos neo-conservadores dos quatro Países membros do Mercosul e das empresas transnacionais.

Uma carta fundamental dos direitos dos trabalhadores se impõe diante de uma conjuntura de livre mercado, visando a sustentação de direitos básicos dos setores assalariados. A jornada sobre o Mercosul promovida na Espanha terá

seqüência com novos debates que se realizarão entre os partidos políticos de esquerda, que deverão formalizar uma coordenação para o encaminhamento das questões essenciais relativas ao Mercosul, quer no âmbito parlamentar, quer no âmbito da ação social e sindical.

O Partido dos Trabalhadores está integrado neste esforço e indicará seus representantes para a formação

da coordenação e intensificação desta importante tarefa.

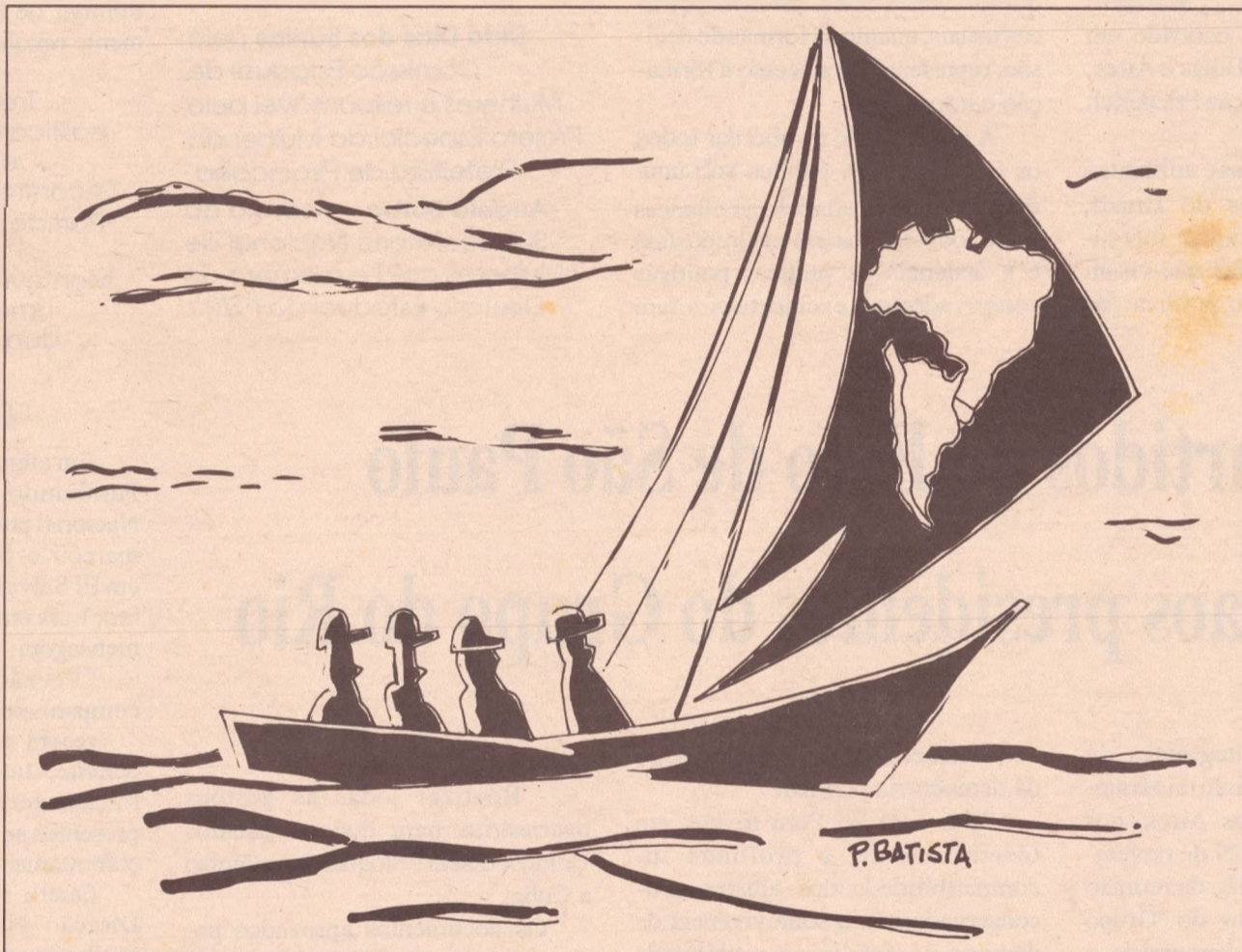
No Brasil deve ser ressaltada a importante contribuição que vem sendo dada ao Mercosul pelo movimento sindical dos trabalhadores, em especial a Central Única dos Trabalhadores, que tem exigido a definição de uma política de proteção dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, em recente reunião, o Setor

de Pastoral da CNBB aprovou uma deliberação pela qual propõe que "haja mais transparência e informações a respeito do projeto do Mercosul" e que "haja amplo debate na sociedade civil a respeito de todas as implicações e impactos que o Mercosul poderá trazer em todos os setores da economia, nas diferentes regiões de cada país e no conjunto das populações envolvidas".

Neste sentido, propõe a constituição de um **Fórum Permanente** com representação dos quatro países para "articular iniciativas, debates, estudos e propos-

tas da sociedade civil e a respeito do Mercosul". Com o agravamento da crise política e econômica do Cone Sul e os acentuados desequilíbrios regionais, é necessário que se abra um amplo debate sobre o Mercosul, não apenas entre os parlamentares e as organizações sindicais e da sociedade civil, como, em especial, perante o conjunto da população.

**Edésio Passos**  
Deputado Federal do Partido dos Trabalhadores



### Seminário na Argentina

Marco Aurélio Garcia, Secretário de Relações Internacionais do PT, participou do Seminário sobre Mercosul, organizado pelo CTA (Congresso de Trabalhadores Argentinos), Federação Agrária, a Assembléia de Pequenos e Medianos Empresários (APyME) e o Instituto Mobilizador de Fundos Cooperativos, em 6 de novembro, na cidade de Buenos Aires. Em entrevista

ao jornal argentino "Pagina 12", Marco Aurélio declarou: "a alternativa ao atual modelo passa pela capacidade das forças sociais e políticas da região de mudar a dinâmica recessiva e neoliberal e impulsar um novo projeto de desenvolvimento nacional, que na realidade deverá ser, desde o começo, um projeto nacional-regional".